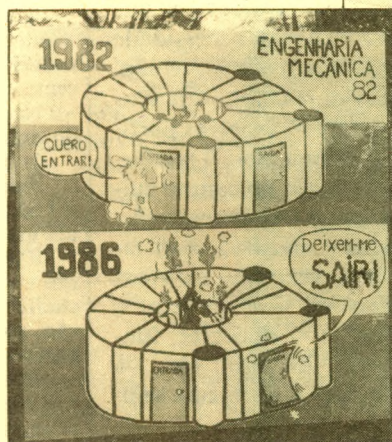
jornal da UNICAMP

Campinas, dezembro de 1986 — Ano I n.º 4

Boa sorte, companheiros. Até breve!

Alguns até já se colocaram no mercado; outros — a maioria — terão de "batalhar" um lugar ao sol. Mas nenhum deles parece perturbado com isso. Por enquanto, eles celebram a conclusão de seus cursos e preparam uma charmosa festa de formatura para o próximo dia 20. São os formandos de 1986. **Página 9.**

No humor dos formandos, as alegrias e aflições de quatro anos de curso.

Com os 960 deste ano, já passa de 10.500 o número de alunos formados nos bancos e laboratórios da Unicamp.

Acervo de Oswald faz a alegria de pesquisadores e fãs

Uma carta do escritor Érico Veríssimo agradecendo o envio de um livro. Os manuscritos do romance "Marco Zero". Muitos artigos, retratos, recortes de jornais. De documentos assim — todos importantíssimos para o estudo da cultura brasileira a partir dos anos 20 — é que se compõe o acervo pessoal de Oswald de Andrade, o **enfant terrible** do movimento modernista de 1922 e, com Mário de Andrade, seu principal deflagrador. Na **página 10**, uma entrevista com a profa. Marília de Andrade, coordenadora do Departamento de Artes Corporais e filha do escritor.

Engenharia Genética instala-se pensando em recuperar atraso

Um dos temas de maior interesse para a comunidade científica mundial, a manipulação do DNA recombinante, apenas agora começa a entrar nas preocupações do Brasil. A Unicamp acaba de dar um primeiro e importante passo ao instalar, no Instituto de Biologia, o seu Centro de Engenharia Genética. Uma das metas é a formação de recursos humanos no setor, visando especialmente a agricultura, a saúde e a área animal. **Página 7.**

Sem cultura não há desenvolvimento real. Palavra de ministro.

Desenvolva-se a economia e tudo virá naturalmente a seguir, era o que se dizia há algum tempo. O economista Celso Furtado, ministro da Cultura há oito meses, não acredita nisso: para ele, o desenvolvimento cultural deve preceder o econômico ou no mínimo caminhar junto com ele. Quando isso não acontece a tendência é aumentarem as desigualdades sociais. O ministro não crê, todavia, que o Estado deva tutelar a cultura.

Página 3.

Unicamp se prepara para declarar guerra à burocracia interna

Até o fim do ano estará nas mãos do reitor um estudo sobre o sistema administrativo da Universidade. O estudo vem sendo preparado pelo Grupo Executivo de Reforma Administrativa (Gerad), criado em outubro último, e conterá sugestões objetivas para uma reformulação em profundidade das rotinas e fluxos administrativos. O nível de emperramento da máquina burocrática interna vem sendo considerado crítico. **Página 6.**

Caem os 'liberais', sobem os 'golden boys'. Que significa isso?

De um lado Delfim, Galvêas, Roberto Campos, Simonsen e, mais atrás, Gudin, Bulhões e Milton Friedman; de outro lado Conceição, João Manuel, Belluzzo, Luciano e, à retaguarda, Raul Prebisch e Celso Furtado. São duas gerações de economistas separadas não apenas pela idade mas principalmente pelas concepções que têm do mercado e do papel do Estado em seu funcionamento. Mas há quem prefira ver tudo isso como um confronto silencioso entre duas escolas de pensamento econômico, Usp vs. Unicamp. Os economistas negam. Página 8.

opinião

Quem tem medo da reforma?

Geraldo Giovanni

Mais do que nunca, a administração da Unicamp está em evidência. Por vários motivos, a comunidade fala de uma administração que parece ter duas faces. O "lado bom", a face administrativa que começa a aparecer e que já tem sido elogiada em reuniões do Conselho Diretor, em algumas Unidades, refere-se basicamente ao início da descentralização.

Tal como vem ocorrendo na feitura da peça orçamentária para 87, e da proposta descentralizada e participativa de sua execução, tivemos bons resultados. Além disso, no que tange aos estudos da situação do pessoal técnico-administrativo, alguns ganhos muito visíveis vêm sendo consolidados. E, por sua vez, o "outro lado", a face burocrática, que atrai críticas e indignação, refere-se a um sistema cristalizado, detalhista e lento que, efetivamente, coloca obstáculos à consecução dos objetivos maiores da Universidade. A ciranda dos processos, as dificuldades legais — reais ou imaginárias — encontradas em cada procedimento, os erros de encaminhamento, o excesso de normatividade, a duplicidade de atos burocráticos, enfim, um avantajado, intrincado, quase ininteligível "sistema", engolfa a todos e a cada um de nós.

A muralha burocrática tende a impedir que o ensino e a pesquisa se realizem de forma satisfatória.

De quem é a culpa?

A resposta mais simplista, e por isso mesmo mais ingênua e errônea, é de que a responsabilidade cabe aos "burocratas".

Ao se atribuir tal culpa ao segmento "burocrático", ou seja, ao corpo de funcionários, além de reforçar-se uma discriminação, um preconceito, que infelizmente existe, lava-se as mãos, ou seja, a administração é problema dos outros.

Por outro lado, a distância do corpo funcional em relação a docentes e estudantes, também é reforçada por preconceitos e pré-noções especificas que fazem com que as diferenças sociais sejam mascaradas como diferenciação de competência e hierarquias de saberes, que todos incorporam.

As dimensões que a Unicamp assumiu nos últimos anos, e a conseqüente despersonalização das relações que isto implica, tem agravado o quadro já problemático da administração. Somos um grupo social de cerca de 25.000 pessoas. Temos atividades enormemente diversificadas. Manipulamos um volume de informações de difícil mensuração. Somos uma realidade política de incrível diversidade. E temos além de tudo um compromisso social a cumprir, embora até mesmo sobre isto haja muita divergência quanto aos métodos.

De outro ângulo, trabalhamos recursos escassos. Seja do ponto de vista material, humano, ou mesmo da tecnologia de procedimentos, temos esta dificuldade permanente para alcançar nossos objetivos e honrar nossa dívida social. Em outras palavras, simplificando, temos que adequar os meios aos fins. Certamente, há questões que ultrapassam nosso controle. Só para lembrar, a questão salarial tem sido, historicamente, o calcanhar de Aquiles da eficácia administrativa. Entretanto, em meu modo de ver, temos hoje condições de proceder à reforma. Existe, nesse sentido, uma decisão política já formalizada. Existem, em segundo lugar, experiências importantes que estão a nosso alcance, no campo da informática e de organização e métodos, que nos permitem algum otimismo sobre o futuro. E são estas condições que nos permitem conceituar a Reforma. E em termos de princípios, certamente a descentralização que já se inicia deverá nortear as propostas.

Geraldo Giovanni é professor do Instituto de Economia, coordenador da Administração Geral da Unicamp e autor do ensaio "A questão dos remédios no Brasil".

Em termos do objeto da reforma, num primeiro diagnóstico fica claro que os focos principais da ação modernizadora estão localizados na informatização, organização e métodos e, principalmente, no desenvolvimento de recursos humanos. Este último tópico não poderá ser confundido com a visão estrita de treinamento. Muito mais que isso, esta idéia abrange a necessidade de uma integração coletiva e individual do corpo de servidores nos objetivos sociais da Unicamp e nas tarefas particulares que conduzem a eles. Trata-se, portanto, de um esforço no campo cultural que, ao incluir o treinamento técnico, não se reduz a ele. Isto, sem falarmos, mais uma vez, nos esforços que deverão envolver — cada setor a seu modo e métodos — docentes, funcionários, diretores, Reitoria, etc., na busca de solução para o problema salarial.

Em linhas muito gerais, são estas as questões que envolvem a nossa necessária modernização. E não há o que temer. Hoje somos uma Universidade que ao assumir uma posição de liderança no campo da ciência, da tecnologia, das humanidades e da arte, tem também a necessidade e o compromisso de sustentá-la. Temos, sem dúvida, maturidade, competência e principalmente potencial humano para tanto.

A respeito do mesmo assunto, ver reportagem na página 6.

Uma idéia buscando forma

Eduardo Subirats Rüggeberg

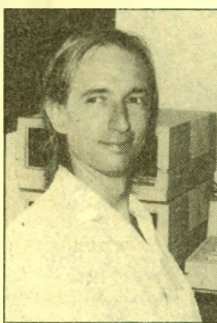
O projeto não é em absoluto revolucionário. Parte de algumas limitações e algumas necessidades desta Universidade, e também de algo que poderia se chamar crise intelectual nas ciências humanas: a especialização e divisão obrigando a rotinas acadêmicas e de pesquisa carentes de uma orientação global, e portanto improdutivas. A razão principal e prática deste projeto é o estímulo da pesquisa na área de humanidades.

Todos vão concordar em que a definição metodológica, e portanto institucional, de uma área de humanidades é hoje extremamente complicada. Talvez constitua uma tarefa impossível. Na própria Unicamp temos o exemplo de matemáticos e astrônomos empreendendo uma pesquisa dentro de sua área com diretas implicações antropológicas, sócio-culturais e psicológicas, e lingüistas ou artistas plásticos que entendem seu trabalho como uma química de formas. A demarcação de uma área de humanidade é e deve ser aleatória. O que legitima a articulação de um tal projeto interdisciplinar é sua convergência em um terreno comum que, provisoriamente, podemos chamar "cultura", e que engloba problemas tanto tecnológicos como artísticos, tanto psicoterapêuticos como econômicos.

Mas deve-se ressaltar sempre o aspecto da "contemporaneidade", do atual. Tratar-se-ia de criar um centro de comunicação científica em torno da pesquisa de questões artísticas, técnico-científicas, sociais, psicológicas ou antropológicas que afetem o desenvolvimento da cultura contemporânea, sobretudo no Brasil.

Os problemas da atualidade são o lugar privilegiado para uma cooperação interdisciplinar. Pense-se, por exemplo, no que significaria fazer uma série de seminários de investigação sobre a cidade de São Paulo, arrolando simultaneamente contribuições artísticas, urbanísticas, empresariais, tecnológicas e sociais. Um trabalho deste gênero não só constituiria material de primeira necessidade, como teria alta importância do ponto de vista político. Além disso, ofereceria uma consistência metodológica às diferentes aproximações analíticas.

Este centro teria um caráter estritamente experimental e estritamente de pós-graduação. Sua razão de ser seria estimular a pesquisa em um duplo sentido: seria um lugar idôneo onde orientar teses de doutorado, e ao mesmo tempo se converteria em um grupo de elite capaz de estimular a qualidade científica das teses de doutorado.

Entre as múltiplas vantagens desse projeto, eu acentuaria duas: sua idéia, que nasceu numa conversa com colegas desta universidade, é extraordinariamente estimulante; e, em segundo lugar, o fato de que seria o mais barato de todos os institutos da Unicamp. Só precisa de coragem, um calendário e uma mesa.

Eduardo Subirats Rüggeberg é professor de Estética no Instituto de Artes e autor de: "Das vanguardas ao pós-moderno" (Nobel, 1985) e "Paisagens da solidão" (Duas Cidades, 1986).

CARTAS

Sr. Editor: Contratado há sete meses como MS-1 Instrutor pelo Departamento de Planejamento e Produção Agropecuária da Faculdade de Engenharia Agrícola, começo a perceber que sou um dos remanescentes de uma categoria em extinção. Pensando bem, chego a uma pergunta metafísica: O MS-1 existe? Há dois tipos de respostas para essa pergunta:

Não, o MS-1 não existe.

Não existe porque o seu salário é ruim. Cabe ressaltar que, dentro de algumas propostas para reestruturação da carreira docente, os MS-1 vão ter um reajuste salarial por volta de 20%, enquanto que os reajustes para os MS-6, em alguns casos, passam de 100%, se contarmos as gratificações por mérito.

Não existe porque não tem representantes no Conselho Universitário. Isso porque algumas pessoas acham que os interesses dos MS-1 serão defendidos pela representação dos alunos de pós-graduação. Sem comentários.

Não existe porque agora foi criada a Monitoria 2, que poderá fazer com que um aluno de pós-graduação execute algumas das funções do MS-1, ganhando 80% do seu salário. Infelizmente esse tipo de exploração salarial está chegando à universidade.

Não existe porque não faz parte dos quadros da carreira em algumas das propostas para reestruturação da carreira docente.

Não existe porque não é considerado docente.

2) Sim, o MS-1 existe.

Existe porque é obrigado a ser responsável por uma ou, em alguns casos, até mais disciplinas de graduação.

Existe porque, como no meu caso, não raras vezes representa e/ou responde pela chefia de um departamento em implantação, participando de reuniões, elaborando orçamentos etc.

Existe porque sempre sobra para o MS-1 a participação em comissões, conselhos de representantes etc.

Existe porque faz número em reuniões, assembléias e comissões. (...)

Existe porque é obrigado a engolir propostas de carreira docente (ou indecente) como a da USP, que valoriza os concursos, por exemplo os de livre docência, onde teses medíocres, que certamente seriam recusadas como teses de mestrado, são aprovadas com notas entre 9,5 e 10,0 por uma banca formada por amigos do candidato. Infelizmente sinto que, persistindo essa falta de incentivo ao início da carreira docente, a universidade deixará de se renovar. Já consigo até prever os grandes temas para as pesquisas daqui a algum tempo. Em vez de biotecnologia, a gerontologia, em vez da química fina, a química dos tônicos capilares e de rejuvenescimento, em vez da informática, a tecnologia de ponta na confecção de bengalas. **Jansle Vieira Rocha**, professor MS-1 da Faculdade de Engenharia Agrícola.

Com grande prazer li os três números já publicados do **Jornal da Unicamp**. Parabéns pela coragem deste **Jornal** em abordar diferentes problemas e questões da Unicamp com espírito crítico, o que não é comum em publicações deste tipo. Mas há inúmeras pesquisas e idéias na Unicamp que, como divulgador da ciência (com mais de 250 artigos de divulgação publicados e tendo ganho o Prêmio José Reis/84 do CNPq), acredito que devam ser mais divulgadas, para mais amplo conhecimento. Para isto, sugiro a inclusão neste **Jornal** de artigos de divulgação científica escritos por docentes da Unicamp. **Gilberto de Souza Soares de Almeida**, mestrando em Genética da Unicamp e professor de Genética da Universidade Estadual de Maringá.

jornal da UNICAMP

Uma publicação da Universidade Estadual de Campinas.
Reitor: Paulo Renato Costa Souza
Coordenador Geral da Universidade: Carlos Vogt
Pró-reitor de Graduação: Antônio Mário Sette
Pró-reitor de Pós-Graduação: Bernardo Beiguelman
Pró-reitor de Pesquisa: Hélio Waldman
Pró-reitor de Extensão: José Carlos Valladão
Pró-reitor de Desenvolvimento: Ubiratan D'Ambrósio
Este jornal é elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Correspondência e sugestões: Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Cep: 13081, Campinas, S.P. Telefone: (0192) 39-3134/39-3148. Telex: (019) 1150.
Editor: Eustáquio Gomes
Redatores: Amarildo Carnicel, Antônio Roberto Fava, Graça Caldas, Marcus Vinicius Ozores.
Fotografia: Antoninho Perri
Diagramação: Amarildo Carnicel
Paste-up e arte final: André Alvarez e Clara Salinas
Serviços Técnicos: Sônia Regina T.T. Pais, Clara Eli M. Salinas, Hélio Costa Júnior.

Entrevista: Celso Furtado

Não à cultura paternalista

A Nova República esbanja talentos. O autor de algumas das teorias de mercado que inspiraram a reforma econômica do governo Sarney completa oito meses à frente da Pasta mais controvertida (e também mais pobre) do atual ministério: a cultura. Uma de suas preocupações: não paternalizar em excesso para não asfixiar as formas espontâneas de cultura do povo. A entrevista foi concedida com exclusividade ao ***Jornal da Unicamp.***

Jornal da Unicamp — Há cerca de dois anos, no I Fórum da Unicamp, cujo tema era "Raízes e Perspectivas do Brasil", o sr. discorreu longamente sobre "Desenvolvimento e Cultura". Na época, o sr. já colocava a questão cultural como fator essencial do desenvolvimento social. Hoje, como ministro da Cultura, o sr. sente que a teoria bate com a prática?

Celso Furtado — Minha tese central naquela época, e que continuo a subscrever, é a de que o Brasil conseguiu crescer com rapidez excepcional, a taxas médias de 7% ao ano, durante um longo período. Ao mesmo tempo, caracterizou-se e cristalizou-se um enorme atraso social. Temos hoje, de um lado, um inegável dinamismo econômico, e, de outro lado, uma acumulação crônica de problemas sociais. Nossos índices de mortalidade infantil e principalmente de concentração de renda são alarmantes. As Nações Unidas apresentam o Brasil como um país com maior concentração de renda do mundo. E o que é mais escandaloso: somos um País com nível de renda média relativamente alto: cerca do dobro ou mais da média do Terceiro Mundo.

JU — O que caracterizaria essa peculiaridade do Brasil em relação aos demais países do Terceiro Mundo?

Furtado — Trata-se de um problema estrutural brasileiro que decorre tanto de sua história como de seu desenvolvimento tardio. São vários os fatores: o processo de colonização, por um lado, a estrutura social rígida, por outro, o problema da escravidão do passado, seguida de um controle total da terra por uma minoria, resultando, infelizmente, numa sociedade em que há muito pouca participação no processo político. Todas essas contradições e esse atraso social foram agravados, durante o recente e longo período militar, quando se eliminou a pouca participação que se tinha.

Nosso problema é em grande parte político. Há flagrante falta de participação nas decisões políticas, incapacidade mesmo de pressionar e exigir da classe política e dos dirigentes critérios e prioridades que sejam de caráter social e não apenas de caráter econômico. Ora, a conscientização da população se dá em grande parte através da cultura. A cultura é uma forma de participação. A cultura completamente paternalista é embrutecedora.

"havia uma perversa convergência da esquerda e da direita"

JU — A cultura produzida ou estimulada nos anos do governo militar era exclusivamente paternalista?

Furtado — Quase só. Era paternalista e visava em boa medida cooptar o mundo cultural. Além disso, estava voltada para as elites e para a cultura de massas, transformando a população em algo completamente passivo.

JU — Como preservar nossa identidade cultural, manter nossas raízes e ao mesmo tempo permitir o desenvolvimento, com aculturação natural de alguns setores?

Furtado — É evidente que a massificação da cultura destrói a identidade cultural. Isso se faz a partir de matrizes internacionais que são impostas a todos os países, não somente ao Brasil. Não digo que temos de nos isolar. Pelo contrário, temos de absorver cultura do exterior. Mas a identidade cultural depende em grande parte da criatividade própria. A cultura continua, na verdade, se renovando a partir de suas próprias matrizes. O problema que se coloca hoje em dia é que o verdadeiro desenvolvimento é político-cultural. É político na expressão da participação e da conscientização e é cultural no plano da criatividade. Se não houver desenvolvimento cultural e político, o desenvolvimento social não resulta jamais espontaneamente do desenvolvimento econômico.

A nova visão que integra a dimensão cultural, a dimensão social e a dimensão econômica, tende hoje em dia a ter sua base no cultural e no político, e não no econômico. A tendência no passado foi dizer: desenvolva-se a economia e tudo virá depois naturalmente. Hoje em dia, sabemos que se não se desenvolve a política e o cultural, a economia tende a criar desigualdades crescentes, e a excluir grande parte da população dos benefícios do desenvolvimento. E, o que é mais grave, transforma a sociedade em algo ingovernável com contrastes sociais que criam problemas de inseguranças crescentes.

Furtado: "Não cabe ao Estado ser produtor cultural".

JU — O que teria levado o governo brasileiro a não perceber a importância social do binômio cultura e política?

Furtado — Creio que, no passado, essa reflexão não era abrangente. Quando se defendia a identidade cultural, se defendia por questão de necessidade, de preservação de valores, tanto que esse era um ponto de vista muito adotado pela direita. Nunca ninguém pensava em preservar os valores populares que tendiam a desaparecer e a ser substituídos por valores sofisticados da elite, de cultura culta. Por outro lado, os economistas, ao falarem do social, tendiam sempre a um reducionismo que era tanto daqueles que partiam da idéia do mercado (os que achavam que a produtividade e a racionalidade formal tendem a ser o fator decisivo no processo de avanço numa sociedade moderna) como dos que partiam da crítica de tudo isso (o pessoal de formação marxista que achava sempre que a superestrutura viria depois como conseqüência de transformações a fundo nas relações de produção). Quer dizer: havia uma perversa convergência de gente de esquerda e de direita para não dar muita importância ao cultural. Só podia ser dado ao social, e só até certo ponto, porque ele era flagrante escândalo.

"as universidades perderam com a divisão do ministério em dois"

JU — A criação de um Ministério da Cultura seria uma demonstração de perspicácia da Nova República, que teria sido capaz de conjugar desenvolvimento e cultura?

Furtado — O Ministério da Cultura está baseado na premissa de que a cultura não é responsabilidade direta do Estado. O Estado não pode ser um agente, um produtor cultural. O Estado não pode ser vanguarda cultural. Isso não é assim em nenhuma parte do mundo. Quando o Estado pretende produzir as vanguardas culturais nós sabemos o resultado: mata a criatividade. Nossa idéia é de que cabe à sociedade, ao povo, à população, às pessoas individualmente, às instituições civis, iniciar o projeto cultural, assumir a responsabilidade da criatividade, apresentar um projeto e, finalmente, abrir espaço para a atividade cultural.

O que se verificou no passado foi um constrangimento criado pelo próprio Estado. Na ditadura, o Estado, ao limitar a liberdade, de alguma maneira asfixiava a criatividade cultural. A condição para que haja criatividade é a existência de que haja um espaço para a liberdade individual e dos grupos sociais. O Estado canalizava recursos para a cooptação cultural, para apoiar certos núcleos determinados, para favorecer certas linhas de criatividade.

JU — O Ministério tem sido crivado de críticas por diferentes setores. O que está havendo?

Furtado — Há críticas que vêm de setores inconformados com as mudanças que se processam. Há setores da sociedade que estavam instalados de certa forma e que, ao se tentar a mudança, tendem a resistir. Outro aspecto, aliás, o mais importante, é que o mundo da cultura é por definição o mundo da contestação, o mundo onde a negação vale mais do que a afirmação. É da dinâmica da criatividade negar, recomeçar as coisas. A criatividade cultural, por definição, se funda na cultura, portanto na inovação permanente. Se não houvesse essas críticas eu ficaria muito preocupado. Seria como se o País estivesse inerte. Se há críticas é porque alguma coisa está em ebulição. Há exigências. Há ansiedade. Como durante muito tempo houve censura, controle, cooptação, é natural que setores que estavam contidos agora se manifestem. E é ótimo que se manifestem.

JU — A Lei Sarney também está sendo objeto de muita discussão. A Universidade, por exemplo, se sente prejudicada, já que só pode se beneficiar da lei indiretamente. O que de verdadeiro existe nessas preocupações. Elas são legítimas?

Furtado — As universidades sofreram muito com a divisão do Ministério da Educação em dois. Quando Cultura e Educação eram um ministério só, não havia muita diferença entre o cultural e o educacional quando se falava em verbas. Com a divisão e a criação do Ministério da Cultura, ocorreu essa coisa estranha. O Ministério da Cultura é muito pobre, o mais pobre dos Ministérios. Então, se criou essa polaridade. O Ministério da Educação, com um enorme orçamento (para 1987 o orçamento do MEC será de Cz$ 37 bilhões), enquanto o Ministério da Cultura se ajeita com Cz$ 1 bilhão e 200 milhões. Essa é a realidade. Então, se as universidades se voltarem para o MINC em busca de recursos para a cultura, vão encontrar uma caixa muito pequena.

JU — Diz-se inclusive que a caixa é ainda menor que aquela que havia antes, na Secretaria de Cultura do Ministério da Educação. Isso é verdade?

Furtado — Não digo que é menor porque aquela caixa atendia não só à Secretaria de Cultura mas a todo o Ministério e lá se incluíam os fundos especiais administrados pelo MEC, decorrentes de receitas variadas, entre elas as loterias. Na divisão, houve uma injustiça para com o Ministério da Cultura. Perdemos os fundos especiais. Estamos agora lutando para recuperar esses fundos. As expectativas são boas porque temos uma fundamentação jurídica clara. Além disso, estamos abrindo uma nova frente de recursos através da Lei Sarney.

"o MINC é muito pobre, o mais pobre dos ministérios"

Quanto às universidades, temos convênios de muitas naturezas, todos no campo cultural. No entanto, para se ter acesso aos recursos da lei é preciso estar aqui cadastrado como entidade cultural, e consideramos que só pode ser entidade cultural aquela que é prioritariamente cultural. Há muitas entidades que participam da cultura no Brasil, mas só colateralmente.

JU — Mas é possível dissociar a educação da cultura?

Furtado — É perfeitamente possível. Dezenas, talvez centenas de escolas no Brasil não têm nada a ver com cultura.

JU — Mas educação não é cultura?

Furtado — Não. Educação é socialização. Educação em realidade é um processo de formação da cidadania, da socialização que, portanto, decorre da cultura já adquirida. A cultura vista pelo Ministério é a cultura nova, a ruptura. Não se trata de socializar, por exemplo, em matéria de arte. Não interessa ensinar a pintar. O que nos interessa é a inovação na pintura. Há uma diferença muito clara entre educar e o processo de cultura que vemos hoje, que é essencialmente de criatividade.

Agora, as universidades não podem ser classificadas pelo espírito da Lei Sarney como entidades de natureza cultural. Se assim o fizéssemos teríamos de admitir muitas outras entidades que também são culturais. Mas bastará que se dirijam aos distintos órgãos do Ministério da Cultura que cobrem todas as atividades culturais e que vão tratá-las com prioridade.

JU — E quanto à decantada mercantilização da cultura através da Lei Sarney?

Furtado — Em primeiro lugar é preciso entender o que é a Lei Sarney. Há, hoje em dia, muitas empresas que atuam no campo da cultura. Não tem livro de arte no Brasil que não seja feito com patrocínio de uma empresa. Não tem festival de música ou concerto que não tenha esse apoio. Isso é o sistema atual. Para ter os benefícios da Lei Sarney a empresa não poderá mais fazer isso sozinha, diretamente. Poderá fazê-lo com a cobertura de uma entidade de natureza cultural. O espírito da Lei Sarney representa, portanto, um avanço sobre a situação atual.

JU — E quanto às manifestações isoladas que carecem normalmente de maior apoio?

Furtado — Para isso o Ministério criou o Fundo de Promoção Cultural. Esse Fundo está-se organizando, se estruturando, e já começa a operar. O Fundo vai obter recursos não só da Lei Sarney mas de outras fontes para ajudar as regiões carentes.

JU — De que maneira o Ministério pretende intervir nos meios de comunicação de massa, no sentido de preservar a identidade cultural do País?

Furtado — A cultura é, em realidade, algo em permanente transformação. Ela tem suas raízes implantadas no passado. Deve ser vista como algo que se acumulou no passado e a identidade vem daí. Não é uma coisa improvisada. No processo de transformação, está em interação com outras culturas. Os valores internacionais também nos pertencem, na medida em que são universais. Para mim, Mozart não é menos brasileiro que Villa-Lobos, porque ambos pertencem a um patrimônio universal. Não vou deixar de ler Thomas Mann ou Kafka porque eles não são brasileiros. Isso seria infantil.

"não vou deixar de ler Kafka só porque ele não é brasileiro"

Temos de ver nossa cultura como parte desse universo. Mas como uma parte que tem sua sinergia, sua lógica própria, sua coerência e criatividade própria.

JU — Nunca se leu tanto neste país. O Instituto Nacional do Livro está para ser transformado em Fundação. Como está o projeto e o que esta mudança irá propiciar?

Furtado — Foi instituída uma comissão para inicialmente traçar as bases para uma nova política do livro. O presidente Sarney recomendou-me, desde o começo, que eu desse muita atenção ao livro. Como é o mais importante vetor da cultura, é também o mais complexo, porque está em tudo e se irradia de todos os lados e todas as comunidades têm acesso a ele. No entanto, é preciso repensar a política do livro como indústria e aí entra todo o problema de produção, como criatividade, e aí entra também o problema de criação de texto, da criação de obras de arte literária, e entra ainda o problema da difusão do livro, que é talvez o mais importante de todos. É levar o livro à mão daquele que necessita dele. Não se trata apenas de espalhar o livro pelo Brasil afora.

JU — Estamos às vésperas da Constituinte. Quais são as expectativas do seu Ministério com relação à cultura? O que poderá mudar?

Furtado — A Constituinte nos interessa muito, primeiramente do ponto de vista do direito do cidadão, e evidentemente para organizar o Estado, mas principalmente para colocar o cidadão dentro de um espaço próprio; para que ele não seja manipulado. No Brasil é preciso repensar toda a organização estatal. Entretanto, o mais importante é assegurar o espaço próprio da cidadania e abrir canais para que o indivíduo atue de forma ativa em todo o processo político, exatamente para que possamos quebrar essa rigidez social do Brasil. A cultura entra aí por todos os lados.

Pesquisa repensa o seu papel

O binômio pesquisa-ensino faz parte do cotidiano dos professores da Universidade de Campinas. Aqui, a idéia original do projeto de Reforma Universitária para as federais e fundacionais — a dissociação de ensino e pesquisa — certamente não seria bem aceita. Para os professores da Unicamp, o desenvolvimento da pesquisa é fundamental para que haja uma renovação permanente do saber, sem o que faltaria base para uma transferência dinâmica do conhecimento durante o processo de ensino.

A criação da Pró-Reitoria de Pesquisa na gestão atual visa a valorizar ainda mais essa importante área da criação científica. De uma forma coordenada, mas sem prejuízo para a pesquisa individual, o pró-reitor de Pesquisa, prof. Hélio Waldman, começa a promover o intercâmbio de idéias e experiências entre os pesquisadores da instituição, com o intuito de repensar a forma e o conteúdo da produção científica na Universidade. Esta, apesar dos problemas conhecidos, continua inegavelmente fértil, e uma prova é que não se conseguiu ainda um controle real do número de trabalhos aqui realizados.

Construindo a Tecnologia Nacional

A participação da Unicamp no desenvolvimento tecnológico nacional em setores de ponta mantém ainda a Universidade em posição de destaque na comunidade científica. Nos últimos 20 anos, áreas como a microeletrônica, engenharia de alimentos, computação e automação industrial foram se alicerçando e chegando a uma situação de mercado. Foi assim com o laser nacional e com o circuito integrado (chip). Nas áreas de Humanas não se pode dizer que o avanço tenha sido menor, bastando citar o triunfo político das teorias econômicas que resultaram no Plano Cruzado e, de outra parte, a difusão bastante ampla do trabalho dos pesquisadores em linguística e teoria literária.

A Universidade está agora pronta para dar outros importantes saltos. Está investindo pesadamente em Biotecnologia, Informática, Engenharia Genética, Fusão Nuclear e Química Fina, setores estratégicos para a economia nacional. Estudos na área ambiental serão também estimulados. A Unicamp pretende também atuar,efetivamente, na elaboração da nova Constituição.

Linhas de Ação

Criado na administração passada e agora reformulado, começa a operar o Fundo de Apoio à Pesquisa da Unicamp, que conta hoje com um saldo em caixa de Cz$ 1 milhão e 300 mil. A idéia, original em sistemas universitários, é a existência de recursos extra-orçamentários para cobrir custos de material de consumo, viagens, algum material permanente, equipamentos e projetos de menor porte mas de grande importância científica e tecnológica. Os recursos do Fundo são provenientes de convênios sobre prestação de serviços (25%) e sobre convênios de pesquisa em geral (5%). O Fundo pretende também receber doações de empresas interessadas em investir em C&T.

A formulação de programas integrados de pesquisa interdisciplinar é outra grande área de atuação da Pró-Reitoria de Pesquisa. Já foram criados os programas integrados de Biotecnologia e Informática. Será agora criado o de Química Fina e posteriormente o de Fusão Nuclear e Física de Plasma, o de Estudos Energéticos, e outros. A rigor, abre-se a discussão para a elaboração de uma política científica e tecnológica para a Unicamp. O objetivo é que a Universidade participe ativamente da formulação de uma política de C&T para o País, visando à redução progressiva da dependência externa no setor. "É que a Universidade tem um caráter seminal e inovador no desenvolvimento de novos campos", observou Waldman.

As principais dificuldades encontradas pelo pró-reitor de pesquisa residem exatamente na falta de um levantamento completo sobre as pesquisas desenvolvidas na Universidade. Sabe-se, no entanto, que elas passam de duas mil. Ao longo dos últimos anos, inúmeras têm sido as tentativas de reunir essas pesquisas em diferentes publicações. Agora será criado um Sistema de Informação sobre Pesquisa (SIPE), cuja implantação está prevista para o início de 1987. Trabalhando junto com o Centro de Computação, este será o único centro de coleta de dados sobre pesquisas na Universidade. Sua atualização será permanente. Convênios serão assinados entre a Pró-Reitoria de Pesquisa e órgãos de fomento como Capes, CNPq, Finepe, Fapesp, entre outros, para que o SIPE passe a ser o fornecedor de informações da Universidade, facilitando assim a vida do pesquisador, que em geral perde tempo preenchendo diferentes formulários. O resultado desse trabalho será publicado, anualmente, em forma de relatório.

A Pró-Reitoria de Pesquisa está também trabalhando para o funcionamento de um sistema de informações na Universidade que permita o acesso a banco de dados nacionais e estrangeiros. A recuperação do acervo bibliográfico interno da Unicamp já está sendo feita.

Para o pró-reitor de Pesquisas, prof. Hélio Waldman, a Unicamp continua mantendo sua posição de destaque.

Em debate, os rumos da política científica

A Universidade deve ou não ter uma Política Científica explícita com diretrizes e prioridades próprias? A questão foi debatida de 4 a 6 de novembro, durante o Seminário "Pesquisa na Unicamp: Perspectiva". Promovido pela Pró-Reitoria de Pesquisa, o seminário foi apenas um ponto de partida para essa importante discussão que permeia o trabalho do pesquisador.

No primeiro semestre do próximo ano, o debate deverá ser aprofundado por áreas de atuação através de cada Unidade, para ganhar corpo no segundo semestre, quando será realizado novo seminário sobre o tema. A comunidade científica encontra-se hoje, segundo o prof. Hélio Waldman, num momento favorável em que parece solidificar-se o reconhecimento de seu papel no desenvolvimento científico e tecnológico do País.

E é para dar conta dessa expectativa que a Unicamp pretende atuar decisivamente para a promoção da tecnologia nacional. Durante o Seminário realizado em novembro, temas da atualidade como Fusão Nuclear, Biotecnologia, Informática e Telecomunicações, Química Fina, Materiais e Alimentos foram discutidos pelos pesquisadores.

Embora não exista ainda um senso comum sobre a forma de se estabelecer uma linha de ação própria para C&T na Unicamp, reconhece-se a necessidade de discutir amplamente o tema. As principais dúvidas residem em saber o que deve ser pesquisado prioritariamente na Universidade e os critérios para se estabelecer essas prioridades.

A questão da competência na distribuição dos recursos para pesquisa foi outro tema abordado pelos pesquisadores, que consideram necessário corrigir algumas distorções existentes. Como a Universidade reúne pessoas de diferentes ideologias, foi também colocado como de fundamental importância que se discuta, inicialmente, que modelo de sociedade se pretende para então estabelecer-se a política científica.

Os novos projetos do Centro de Tecnologia

O Centro de Tecnologia da Unicamp está, desde junho, sob nova direção. Aprimorar e ampliar a assistência técnica às empresas e fomentar a pesquisa aplicada: estas são, em síntese, as prioridades básicas do prof. Nivaldo Lemos Cupini, o novo superintendente. Mas, dos planos em pauta, Cupini vem considerando com carinho a formulação de um programa de cursos de extensão e especialização destinados a profissionais da indústria.

Criado em fins dos anos 60 pelo então reitor Zeferino Vaz, o Centro de Tecnologia já atendeu, ao longo de sua história, solicitações de quase quatro centenas de indústrias, desde as de grande porte até microempresas. Seu primeiro diretor foi o prof. Dino Ferraresi. Sua criação respondeu à necessidade, logo percebida pelo prof. Zeferino, da existência de uma unidade que fomentasse a articulação das faculdades e institutos que viessem a atuar nas diferentes áreas tecnológicas.

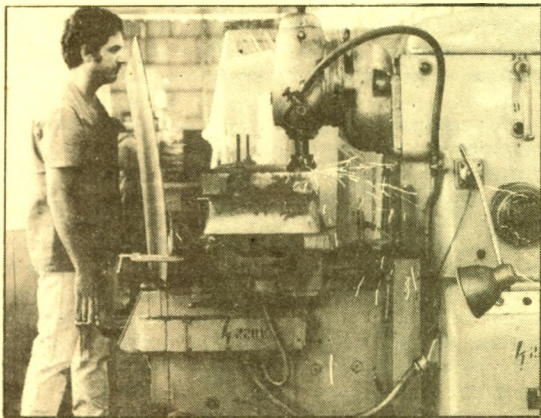
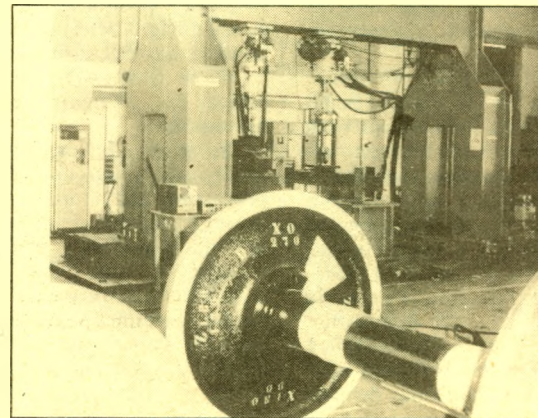
De lá para cá, o CT vem atuando principalmente no campo da engenharia mecânica e da metalurgia. O serviço básico oferecido é o da assistência técnica, mas foram desenvolvidos também vários programas de pesquisas e de formação de recursos humanos, como por exemplo o de "usinagem de metais", com apoio do Ministério da Indústria e do Comércio, e o "Programa de Engenharia Ferroviária" em cooperação com a Alemanha, apoiado pela Subin/GTZ.

Hoje o CT conta com cerca de 2.600 m2 de área que abrigam 74 pessoas entre pesquisadores e pessoal técnico administrativo. Opera-se ali um grande número de equipamentos de alta precisão e qualidade. Uma das preocupações, entretanto, é a renovação do parque de equipamentos. A maioria deles foi adquirida antes de 1973.

Professor da Faculdade de Engenharia desde 1971, onde, no período 1982-86, foi diretor associado, a primeira providência de Cupini foi fazer um levantamento completo das potencialidades da Unidade. Com a ajuda ("imprescindível") do eng.º Carlos Alfredo Baptista de Campos, seu associado, o novo superintendente do CT estabeleceu rapidamente suas prioridades. "O aprimoramento e a ampliação de nossos serviços de assistência técnica", diz Cupini, "serão alcançados através da elevação da competência instalada e da melhoria de nossos recursos humanos". Quanto a fomentar a pesquisa aplicada (a segunda meta), o CT está tratando de intensificar sua articulação com as unidades de ensino e pesquisa da Universidade através do desenvolvimento de programas inter ou multidisciplinares. Nesse contexto, se fará o máximo empenho para a consolidação definitiva do Programa de Engenharia Ferroviária, que Cupini considera de "vital importância para o desenvolvimento do País" e por apresentar, de resto, excelente característica de multidisciplinaridade.

Do projetado programa de cursos, três já estão em gestação: um denominado Programa de Difusão da Tecnologia, que inclui também a realização de congressos, seminários e outros eventos da mesma natureza; um segundo em cooperação com universidades japonesas, sobre Automação da Manufatura; e um terceiro na área de "interface" em engenharia mecânica e agrícola.

"Nosso objetivo", diz Cupini, "é criar mecanismos mais ágeis através dos quais o CT possa prestar sua colaboração como órgão mediador entre o meio empresarial e a Universidade". Isto de um lado. De outro, conclui, "trata-se de um agente articulador da pesquisa e da extensão entre as unidades de ensino e pesquisa da Unicamp".

Mais de 5 mil ensaios foram feitos em 1985; aqui, uma operação de usinagem em aço.

Prof. Cupini: "Ampliar a assistência e fomentar a pesquisa aplicada".

Testes ferroviários para o projeto Carajás vêm sendo feitos no CT há vários anos.

CD aprova Conselho Universitário

Depois de quase três anos de ampla discussão na comunidade, de exames e reexames, chega praticamente ao final o processo de institucionalização da Unicamp. Na reunião do Conselho Diretor de 21 de outubro foi aprovado o novo órgão máximo da Universidade, o Conselho Universitário (Consu). A minuta do decreto que altera os estatutos e o regimento geral da Universidade já foi encaminhada ao Conselho Estadual de Educação para análise final e posterior sanção do governador Franco Montoro.

O novo Conselho Universitário deverá ser implantado em março do próximo ano. Substituirá o atual Conselho Diretor e será responsável por toda a política acadêmica e administrativa da instituição. Dentro da nova concepção de poder na Unicamp, que efetivamente se descentraliza, o reitor Paulo Renato Costa Souza e seus sucessores participarão do processo decisório da Universidade como parte integrante dos membros do Consu, mas sem poderes absolutos.

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE

CONSELHO UNIVERSITÁRIO: CÂMARA DE ENSINO, PESQ. E EXTENSÃO; CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO

COM. CENTRAL DE GRADUAÇÃO — COM. CENTRAL DE P. GRADUAÇÃO

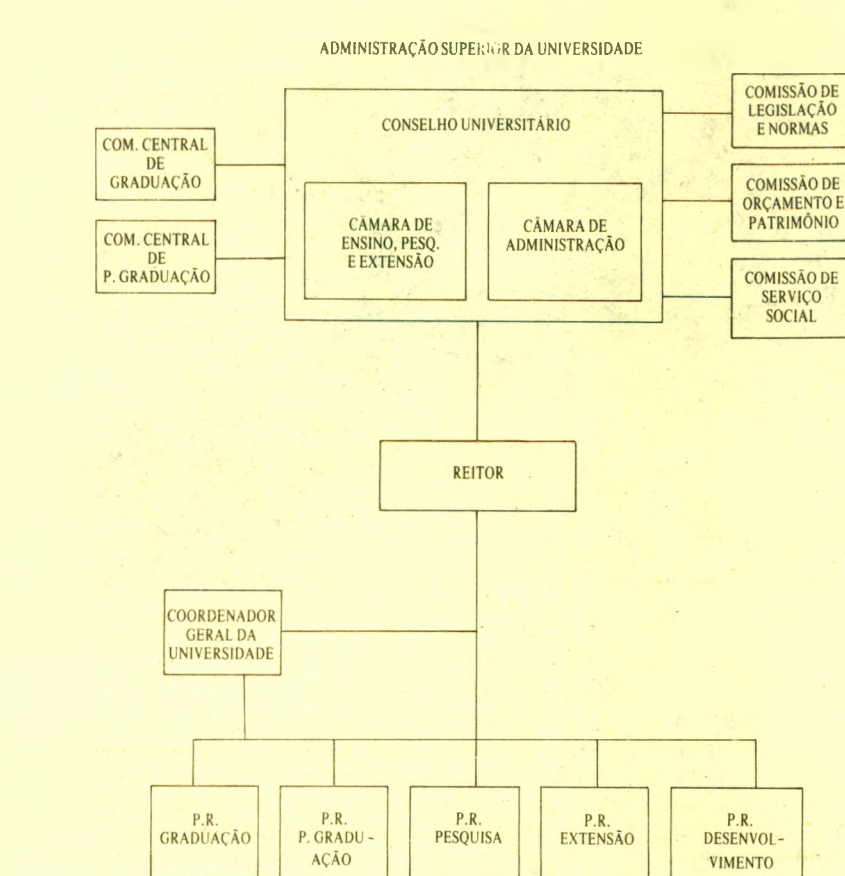
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS — COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO — COMISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL

REITOR

COORDENADOR GERAL DA UNIVERSIDADE

P.R. GRADUAÇÃO — P.R. P. GRADUAÇÃO — P.R. PESQUISA — P.R. EXTENSÃO — P.R. DESENVOLVIMENTO

Representatividade

O Conselho Universitário que se instalará terá uma representatividade bem mais ampla que o atual Conselho Diretor. Para começar, o número de conselheiros se amplia de 41 para 64, aí incluida uma representação nova, a dos funcionários. O Consu terá, então, a seguinte constituição: o reitor, os 5 pró-reitores, os 16 diretores de Unidades, os 6 representantes da comunidade externa (indicados respectivamente pelo governador do Estado, pelo prefeito municipal de Campinas, pela comunidade acadêmica do Estado — Fapesp, pela comunidade acadêmica do País — SBPC, pelas associações patronais — Fiesp e pelas associações de trabalhadores — Dieese), 2 representantes do corpo de servidores técnicos, 2 representantes do corpo de servidores administrativos, 15 representantes docentes e 9 representantes discentes.

Em sua constituição plena, o Conselho Universitário, que deverá reunir-se ordinariamente cinco vezes ao ano, é formado por uma Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão e de uma Câmara de Administração. As duas câmaras deverão reunir-se todos os meses. Entretanto, as deliberações só serão efetivadas com a presença da maioria de seus membros. O Conselho Universitário terá dois órgãos auxiliares (uma Comissão Central de Graduação e outra de Pós-Graduação) e três comissões permanentes (Comissão de Legislação e Normas, Comissão de Orçamento e Patrimônio e Comissão de Serviço Social).

Caberá ao Conselho Universitário pleno o delineamento da política geral da Universidade. Suas principais atribuições são: aprovar o Regimento Geral e homologar os regimentos das Unidades, assim como dos órgãos complementares e deliberar sobre a política orçamentária e administrativa da Universidade, após pronunciamento da Câmara de Administração. Nas diretrizes que estabelece para a Unicamp, o Consu oficializa a consulta indicativa à comunidade universitária para a escolha de reitores. Na apuração dos votos da lista da comunidade, o peso entre os diversos segmentos será ponderado na seguinte proporção: 3/5 para a categoria docente, 1/5 para funcionários e 1/5 para alunos.

Enquanto o Conselho Estadual de Educação examina a composição e atribuições do Conselho Universitário da Unicamp para emitir seu parecer, os últimos retoques para a institucionalização geral da Universidade estão sendo dados. Os Núcleos e Centros de pesquisa serão também normatizados e desenvolvem-se estudos para a reestruturação das carreiras dos Colégios Técnicos e do Centro de Reabilitação Gabriel Porto. Encontra-se também em fase de estudos a implantação de Conselhos de Administração por Unidades e de um Conselho Geral de Administração. Nesse último, a participação dos servidores será substancialmente maior que no Conselho Universitário.

A estruturação da carreira dos funcionários e dos docentes está sendo feita em conjunto com as demais universidades paulistas (USP e Unesp).

FEL e IA já têm novos diretores

Mais duas unidades de ensino e pesquisa renovaram em novembro suas direções, após processo de consulta à comunidade e o encaminhamento de lista tríplice ao reitor Paulo Renato Costa Souza.

Faculdade de Engenharia de Limeira

Para substituir o professor Tioeturo Yagui foi designado o professor Dayr Schiozer, contratado pela primeira vez no período de 1970-1971 e depois em 1979. Dayr formou-se em engenharia naval pela Escola Politécnica da USP, em 1961, com mestrado em Massachussets Institute of Technology (MIT) e doutorado (1966) na Politécnica da USP. Com pós-doutorado no Instituto Marítimo da Holanda, Dayr Schiozer defendeu livre-docência em 1984, na Unicamp, na área de mecânica dos fluídos. Com 50 anos, Dayr Schiozer é especialista em engenharia, arquitetura e transporte naval, e professor do departamento de hidráulica e saneamento.

Instituto de Artes

Depois de responder, nos últimos cinco anos, pelo expediente do Instituto de Artes, o prof. José Antônio Rezende de Almeida Prado foi confirmado no cargo, agora como diretor eleito e designado para o próximo quatriênio. Formado pela Faculdade de Música de Santos, Almeida estudou no Brasil com Dinorah de Carvalho e Camargo Guarnieri. Aperfeiçoou os estudos na França sob a orientação de Olivier Messiaen e Nadia Boulanger, de 1969 a 1974. De regresso ao Brasil, dirigiu por um ano o Conservatório Musical de Cubatão. Em 1975 foi contratado pelo Departamento de Música da Unicamp.

Dayr Schiozer responde pelos destinos da FEL.

No Instituto de Artes, Almeida foi reconfirmado.

Mulher é o tema da pesquisa (agora livro) de quatro alunas

Mudou tanto assim a condição da mulher nos últimos cinco séculos? Para muitos, sim. Para Carla Bessanezi, Cecília de Gouvêa, Cristina Meneguello e Lucimeire Leme — nem tanto. Elas são alunas do segundo ano de graduação em História e acabam de editar pela Editora da Unicamp um ensaio intitulado "A mulher na Idade Média". As conclusões não são muito animadoras: de um modo geral, a mulher ainda continua sendo vista como utensílio, escrava e objeto sexual.

O livro começou como simples trabalho de classe. Apesar disso, foram sete meses de intensas pesquisas onde, a partir das fontes de que dispunham — bibliotecas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/Unicamp), Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA) e biblioteca da USP — passaram a selecionar temas como casamento, educação, cotidiano, religião, trabalho, a visão da Igreja e da cavalaria e, por que não? das bruxas da Idade Média. O objetivo básico do trabalho era, como explica Cecília, "entender o presente a partir do passado". A idéia inicial partiu do prof. Jaime Pinsky, diretor executivo da Editora da Unicamp e professor do Departamento de História. Entusiasmadas com o projeto, mergulharam de cabeça: leituras exploratórias, discussões, mais leituras, mais discussões, o início da primeira redação, divergências — "somos quatro cabeças e, embora trabalhando o mesmo tema, pensamos de maneira diferente" —, a escolha dos capítulos e a forma de abordagem.

"Houve um momento, lembra Cecília, em que pensamos que não teríamos condições de continuar. Quase nos resignamos a fazer apenas um texto para o seminário de classe". Mas a essa altura o envolvimento era tão grande que as férias foram passadas sobre livros, anotações, recortes de jornais. Noites inteiras sobre o texto. O entusiasmo virou paixão.

"Sabemos que não se trata de uma obra-prima, algo assim, de acabamento indiscutível. Sabemos também que é um ensaio impregnado da nossa visão de mundo. Achamos, contudo, que não existe conhecimento neutro. A partir do momento em que fizemos uma pesquisa séria, nos demos a liberdade de fazer afirmações e de não nos intimidarmos com a ainda pequena carga de conhecimento e as dificuldades de expressão que reconhecemos ter" — afirma Cristina.

Carla, Lucimeire, Cristina e Cecília: trabalho a quatro mãos.

"Nem de longe tivemos a intenção de fazer um trabalho de caráter feminista; nosso objetivo foi, ao contrário, valorizar a mulher no contexto da história, descobrindo as fórmulas possíveis de sua libertação". Para Lucimeire, essa libertação não se deu na medida do necessário. Há uma série de laços que aproximam a condição da mulher contemporânea da mulher medieval. "Se é verdade que a mulher conquistou espaços antes reservados aos homens, é também certo que tem aceitado salários aviltantes e jornadas duplas de trabalho", diz. Ou seja: a maioria das mulheres trabalha fora e depois em casa, sem qualquer remuneração complementar.

Outro aspecto que não passou despercebido às quatro autoras foi o papel da Igreja em relação à mulher da Idade Média. Ditava normas e exigia que fossem cumpridas. Até mesmo com relação ao casamento. Cecília Bassanezi explica que, numa primeira fase, "os padres apregoavam que os homens deviam fugir das mulheres. Mais tarde, eles mesmos incentivavam os casamentos, dizendo que a mulher era pura, sublime etc., muito embora elas devessem continuar submissas". Quem celebrava o casamento era o pai do noivo, em casa e na presença de várias testemunhas. A participação do padre era rara e limitava-se à benção do leito nupcial e do casal, para assegurar a fecundidade. Mais tarde a Igreja passou a intervir diretamente nos casamentos, com a finalidade de controlá-los e transformá-los em sacramentos. Impondo o seu ponto de vista, punia com a excomunhão os casais que não se enquadravam e, como os casamentos ainda podiam ser legalmente rompidos, a Igreja alegava relações incestuosas para as uniões entre primos de até 7.° grau, com o objetivo de impedir as segundas núpcias. O casamento era, antes de tudo, uma demonstração de luxo e de desigualdade entre os nobres e o povo. "Coisa que se observa ainda hoje" — diz Carla.

O livro: a mulher através dos séculos.

No livro, elas descrevem que o "cotidiano da mulher medieval era um fazer-e-refazer das tarefas femininas. Ela devia cuidar do marido, receber bem os hóspedes, zelar pelo bom funcionamento da casa, coordenando os trabalhos dos servos. Seu poder restringia-se ao espaço físico do castelo, onde dava ordens e, dependendo de sua astúcia, podia realizar um certo controle interno através de intrigas e de persuasão. Salvo, porém, raríssimas exceções, quem realmente tinha o poder e dava a última palavra era o senhor".

As aproximações feitas pelas quatro alunas (agora escritoras) demonstram que, em muitos sentidos, as mudanças foram apenas de forma, raramente de conteúdo. A mulher continuará ainda por um bom tempo a empunhar velhas bandeiras de luta. A parte mais dura dessa luta foi, talvez, na Idade Média. "Coube a nós, como alunas de História, demonstrar honestamente isto" — conclui Cristina.

Vem aí a reforma administrativa

Se você trabalha na Unicamp e tem o saudável hábito de abrir seu **hollerith** todo sexto dia útil para conferir o dinheiro depositado, talvez não imagine as "trapalhadas" que esse documento faz antes de chegar às suas mãos. A DGA Y manda para a DGA W, que o remete à unidade M, que por sua vez o devolve ao sr. X, que o encaminha à secretária do dr. TZ, que bota lá seu jamegão e o envia para ... Enfim, são mais de cem operações.

É. Se você não trabalha na DGA — e mesmo se trabalha — vai precisar se esforçar muito para entender a burocracia toda para que seu **hollerith** fique pronto todo mês. A burocracia ou burrocracia é, sem dúvida, fonte de boa parte das conversas (e mesmo das "desgraças") de alunos, funcionários e professores. Todos querem soluções rápidas e eficientes. Mas as respostas são escassas e a eficiência não é uma questão de boa vontade pessoal.

Foi pensando em melhorar a administração da Universidade, para torná-la mais dinâmica e fluente, que o reitor Paulo Renato Costa Souza criou, no começo de outubro, o Grupo Executivo de Reforma Administrativa (GERAD). Esse grupo, presidido pelo próprio coordenador geral da Administração, prof. Geraldo Giovanni, tem-se reunido pelo menos duas vezes por semana. Ainda este ano entrega ao reitor um pacote de sugestões para uma reformulação profunda em toda a administração da Unicamp.

A reforma administrativa vem para simplificar fluxos e rotinas

Giovanni explica que o sistema administrativo tem que dar o suporte necessário para o cumprimento dos objetivos que a Universidade se propõe no ensino, pesquisa e para com a sociedade. "Afinal, é a administração que fornece as bases técnicas e materiais para que a Unicamp cumpra a sua função", finaliza Giovanni.

"Temos que entender de uma vez por todas que administração não é burocracia", diz o coordenador da DGA. Segundo ele, burocracia significa "poder de escritório"; ao longo da história esse poder tem sido utilizado de maneiras diferentes pelos governantes de plantão que "deixam de lado os objetivos sociais da administração e passam a atuar com a única finalidade de controlar a sociedade ou o grupo ao qual deveriam servir". Giovanni é de opinião que, ao contrário da burocracia, "a administração não busca o poder, mas sim a viabilização dos projetos de interesse social". Afirmando que, apesar de tudo, a administração da Unicamp tem demonstrado sempre uma eficiência administrativa superior à média do setor público, Giovanni lembra contudo que essa administração tem se caracterizado pelo "padrão centralizador, seja porque o período de implantação assim o exigiu, seja porque as Universidades têm sido cercadas de uma legislação que reforça a centralização".

Mudanças e descentralização

E para que as mudanças ocorram, os membros do GERAD têm recomendado à Unicamp investir em três direções: informatização, organização e métodos e recursos humanos. Como presidente do GERAD, Giovanni argumenta que sem uma informatização radical a máquina administrativa continuará emperrada, isso porque o crescimento das necessidades ao longo dos últimos anos não foi acompanhado por uma melhoria quantitativa e qualitativa do sistema administrativo. "Hoje em dia o volume de informações é muito grande", diz, "por isso é necessária a urgente criação de um banco de dados para a revisão de todos os fluxos administrativos e a integração de todo o sistema computacional entre a DGA e as Unidades." Com relação à Organização e Métodos, o trabalho do GERAD vem estudando, no momento, todos os procedimentos e rotinas dos fluxos administrativos com objetivo de montar padrões mais simples e funcionais.

O pano de fundo que está por trás de toda essa reforma estrutural é a descentralização de decisões e responsabilidades. "A Reitoria", assegura Giovanni, "tem dado uma clara demonstração nesse sentido. Um exemplo foi a montagem da peça orçamentária de 1987, onde todas as Unidades fizeram suas propostas." Isso quer dizer, em outras palavras, que a partir do próximo ano a direção das Unidades é que decidirá como e onde gastar a sua dotação orçamentária. "Algumas despesas continuarão centralizadas", argumenta, "não porque desejamos, mas sim por natureza específica". É o caso das verbas para restaurante, ônibus, grandes compras de equipamentos etc.

Tão logo receba o projeto de mudanças administrativas, é plano da Reitoria começar a aplicá-la imediatamente. As duas primeiras áreas escolhidas são a DGA e a DGRH, até porque têm reflexo direto no conjunto da Universidade. "Da mesma maneira que a burocratização nessas áreas gera burocratização nas Unidades, sua modernização administrativa gerará efeitos racionalizadores na Universidade toda", finaliza Giovanni.

Do GERAD participam, além do coordenador da DGA, os seguintes nomes: José Carlos Folegatti, Vera Lúcia Randi Ferraz, Jesus Antônio Durigan, Marcus Guenter Zwanziger, Olga Maria Zulske de Miranda, José Ferreira de Carvalho, Eloi José de Lima, Arly de Lara Romêo e Carlos Eduardo Nascimento Gonçalves.

DGRH intensifica programa de treinamento de pessoal

Está certo: a burocracia é uma realidade também na Unicamp, mas a culpa não é dos funcionários, e sim dos sistemas e rotinas. Enquanto a reforma administrativa não vem, os funcionários vão tratando de aperfeiçoar-se. Para isso a Assessoria de Treinamento da Diretoria Geral de Recursos Humanos (DGRH) elaborou um Programa de Cursos Internos — pelos quais já passaram mais de 1.200 funcionários — cuja finalidade é, além de tornar o servidor mais capaz e eficiente, despertar nele a perspectiva de ascensão profissional. Tudo de acordo com suas aspirações e aptidões.

Arly: antes de cada curso, um amplo levantamento de necessidades.

Desde a criação desse Programa, em 1985, já foram ministrados 58 cursos e deles participaram 1.218 funcionários, num total de 798 horas/aula. Os cursos mais procurados foram os seguintes: Curso Básico de Microcomputador para usuário (148 alunos); Técnicas de higiene e limpeza ambiental (96 alunos); curso de Formação de Oficiais de Administração; Curso de Atendimento ao Público em Bibliotecas; e Curso de Atendente de Enfermagem.

Os cursos de Treinamento são ministrados por pessoal especializado da própria Unicamp, como técnicos e professores das áreas de Exatas, Humanas e Biológicas.

Segundo o coordenador geral de Recursos Humanos, dr. Arly de Lara Romêo, o programa faz parte de uma política de reciclagem interna "para tornar o nosso pessoal mais capaz e eficiente em todas as suas atividades e, por conseqüência, alcançar melhor padrão salarial". Se de um lado há um grau acentuado de insatisfação por parte do servidor — de acordo com Arly — por outro ele desfruta de boas possibilidades de ascensão em toda e qualquer área que atue dentro da Universidade. E um desses instrumentos básicos para que o servidor consiga isso é através dos cursos internos de aperfeiçoamento.

Embora pouco mais de 16% dos 8 mil funcionários da Unicamp tenham participado deles até agora, o Programa de Cursos Internos é aberto a todo mundo, não importando qual o tipo de atividade do servidor. Antes de ministrar um curso, entretanto, a DGRH começa por fazer um levantamento das necessidades e aspirações dos servidores interessados. "Eles precisam ser ouvidos para que tenhamos um quadro fiel da situação dos funcionários em seus mais diversos setores"- observa Arly. Em seguida, com base nesse trabalho, são abertas as inscrições, definidos o calendário, o conteúdo programático, a carga horária etc.

Quanto aos resultados obtidos, Arly explica que "foram os mais satisfatórios possíveis". Através desses cursos, muitos funcionários têm tido a oportunidade de descobrir habilidades de que antes não suspeitavam, a capacidade, por exemplo, para desempenhar funções ou serviços com os quais antes aparentemente não se identificavam.

"Nossa intenção agora é intensificar o número de cursos. Tanto é que já solicitamos à Reitoria uma reserva maior de recursos para que possamos concluir a segunda fase do programa, que deverá abranger todas as funções." Segundo previsões de Arly, o Programa deverá ser levado também à comunidade em geral, ou seja, a empresas particulares e entidades públicas como prefeituras, autarquias etc. Será, inclusive, uma boa maneira de captar recursos fora para prover necessidades internas.

Técnicos já têm carreira própria

Os funcionários que exercem função de técnico especializado de apoio ao ensino e à pesquisa, essencial para o trabalho do pesquisador e do docente, poderão agora ascender na carreira, com salários que variarão de um mínino de Cz$ 2.557,50 a um máximo de Cz$ 19.850,20, em valores atuais. O reitor Paulo Renato Costa Souza acaba de criar a carreira de técnico — Portaria GR- 390/86, de 24 de outubro — atendendo assim a antiga reivindicação da categoria.

Mas a instituição da carreira não significa apenas a oportunidade de melhoria e isonomia salarial entre funções mas, sobretudo, a possibilidade de aprimorar o desempenho dos técnicos que se encontravam desestimulados e, freqüentemente, trocavam a Universidade por melhores salários. Mais de 1.000 funcionários da Unicamp deverão ser beneficiados pela medida.

Profissionalização

Segundo o prof. Oséas Valente de Avilez Filho, do Laboratório de Eletrônica e Dispositivos (LED), a Faculdade de Engenharia, que coordenou a comissão para a estruturação da carreira de técnico especializado, o próximo passo é a nomeação, pelo reitor, da Comissão Central de Avaliação (CCA). Essa Comissão, baseada em informações de comissões a serem também criadas nas Unidades, definirá os perfis das funções da carreira por área de atuação. No decorrer do primeiro semestre de 1987 os técnicos já estarão reenquadrados. A partir daí, a avaliação será contínua e anual, possibilitando promoções por mérito ou por seleção interna na Unidade. A tabela de remuneração para as funções estabelece 43 referências. Essas referências serão escalonadas, seqüencialmente, à razão de 5% de acréscimo ao valor da referência imediatamente anterior. Serão utilizados dois critérios básicos: o de **promoção** (passagem do servidor de um nível para o nível imediatamente superior dentro do subgrupo a que pertence) e por **progressão** (passagem de um determinado subgrupo para outro, não necessariamente do mesmo grupo).

Os grupos são três: Básico (para o pessoal não especializado que exerce função técnica de apoio); Médio (para o pessoal especializado) e Superior. A mudança de um grupo para outro não depende necessariamente do nível de escolaridade do funcionário, mas sim da função que exerça. Dentro de cada grupo existem de 3 a 4 subgrupos e vários níveis para ascensão horizontal na carreira.

No grupo Básico, o menor salário para o nível 1 será de Cz$ 2.557,50, podendo chegar a um máximo de Cz$ 5.316,84. No grupo Médio, o salário inicial de referência será de Cz$ 3.967,00 e o maior de Cz$ 10.025,69. Já no grupo Superior, o menor salário será de Cz$ 7.885,39 e o topo da carreira possibilitará uma renda mensal de Cz$ 19.850,20.

O técnico de nível médio poderá atingir faixas salariais superiores à do técnico do grupo superior, quando este estiver no subgrupo inicial da progressão horizontal da carreira. As carreiras não definem a hierarquia. É importante lembrar que funcionários hoje classificados como técnicos especializados, mas que não exercem a função técnica de apoio ao ensino e à pesquisa, não serão enquadrados pela carreira.

Paulo Arruda: "É preciso investir agora para reduzir a dependência no futuro."

No Brasil, ainda são escassas e isoladas as pesquisas com engenharia genética.

A meta é o controle do DNA

A carência de pesquisadores brasileiros com experiência na manipulação do DNA (o constituinte fundamental dos genes) recombinante, bem como sua importância no desenvolvimento da moderna biotecnologia, estão levando a Unicamp a investir no campo da Engenharia Genética. Funcionando provisoriamente no Barracão da Genética — um dos braços experimentais do Instituto de Biologia —, acaba de instalar-se, com proposta pioneira no Brasil, especialmente em termos de formação de recursos humanos, o Centro de Engenharia Genética da Unicamp.

A manipulação do DNA recombinante é um dos temas de maior interesse para a comunidade científica mundial, hoje em dia, principalmente dos países em desenvolvimento. Dado seu alto poder de resolução na compreensão dos fenômenos biológicos, capaz de prometer transformações radicais — econômicas, sociais e políticas — na sociedade do século 21, cresce o consenso entre os pesquisadores sobre a necessidade de desenvolver essa tecnologia. "Estamos preocupados com o colonialismo tecnológico", assinala o coordenador do CEG, prof. Paulo Arruda. "Nosso conhecimento na área é bastante incipiente e se não procurarmos desenvolver essa tecnologia agora, fatalmente eternizaremos nossa dependência dos centros intelectuais de ponta."

Os Estados Unidos e a Inglaterra são, por ordem, os países com maior domínio dessa tecnologia, cuja história pregressa é de apenas uma década. Avançou muito, contudo, nesse tempo. No Brasil, os trabalhos específicos na área são realizados pela Fundação Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro, pelo Butantã, de São Paulo, e pelo Centro de Biotecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A prioridade do CEG, ao contrário dessas instituições, é a estruturação de um centro de treinamento de pessoal com atuação futura na agricultura, na saúde e também na área animal.

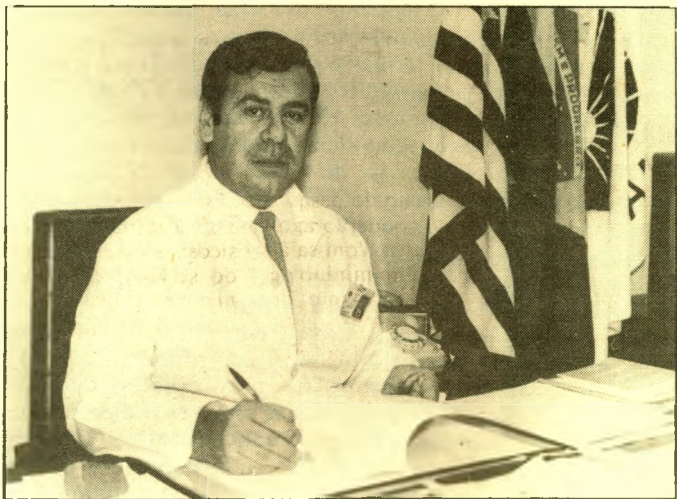
O CEG na prática

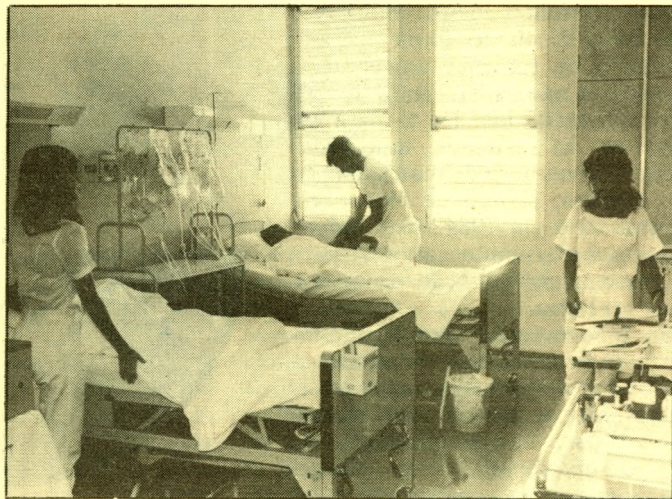
O Centro de Engenharia Genética é composto hoje por uma comissão especial de implantação. Além do coordenador que preside a comissão, participam os professores Bernardo Beiguelman (pró-reitor de Pós-Graduação), William José da Silva, Octávio Henrique Pavan e Yoko Nomura Rosato (Departamento de Genética e Evolução), Crodowaldo Pavan (presidente do CNPq) e Solange Farah (Departamento de Genética Médica). O objetivo dos pesquisadores é dominar todas as técnicas do DNA recombinante desde o isolamento do gene até a transferência de uma espécie para outra. "Queremos cobrir totalmente a metodologia", diz Arruda.

O programa de treinamento em Engenharia Genética deverá se desenvolver primeiramente a nível de pós-doutoramento e depois de pós-graduação. O primeiro deverá ser realizado no prazo de um ano, sendo que os recursos humanos formados neste período serão absorvidos pela Universidade, passando em seguida a atuar a nível de pós-graduação. A proposta é trazer para a Unicamp pesquisadores estrangeiros para auxiliar no desenvolvimento de projetos de cientistas brasileiros. Serão ministrados cursos de curta duração, seminários semanais, entre outras formas de repasse de conhecimento.

Para facilitar a vinda de cientistas estrangeiros de renome na área, a Universidade vem mantendo entendimentos com órgãos como a Secretaria de Biotecnologia, CNPq, Finep, Fapesp e Fipec. Através de contatos preliminares, a Unicamp já recebeu total apoio dos agentes financiadores; por outro lado, o prof. Paulo Arruda espera que a Universidade facilite a permanência desses cientistas na Instituição, eventualmente na condição de professores visitantes. "O início desse processo de independência tecnológica depende fundamentalmente da conscientização dessa necessidade. É preciso investir", acrescenta.

Esse trabalho, segundo o prof. Arruda, será realizado nos moldes do Bioq-Fapesp, um programa estabelecido há alguns anos pelo Depto. de Bioquímica da Biologia da Universidade de São Paulo. Na USP, o programa funcionou da seguinte maneira: os pesquisadores submeteram os projetos à Fapesp, que por sua vez os submeteu à avaliação de uma comissão científica internacional. O financiamento é em geral por cinco anos. Ao mesmo tempo, pesquisadores dessa comissão fazem visitas periódicas aos laboratórios, avaliando o desenrolar dos projetos. No caso da Bioquímica da USP, os resultados são tão positivos que hoje esse Departamento responde por 15% da produção científica de toda a Universidade.

O investimento para a criação do CEG — que deverá entrar em atividade a partir de março próximo — é da ordem de US$ 2 milhões, dos quais US$ 1,5 já existe em forma de equipamentos e instalações de infra-estrutura no próprio Barracão da Genética. Dada a importância estratégica do projeto, o investimento é considerado irrisório.

Mantovani: "Não existe hospital totalmente asséptico, mas continuaremos tentando baixar ainda mais os níveis."

Pelos padrões internacionais, os níveis do HC estão próximos do ideal.

HC reduz infecção a níveis mínimos

O problema da infecção hospitalar sempre esteve na pauta de congressos de especialistas. Contudo, o Brasil só tomou plena consciência da gravidade da questão quando morreu o presidente Tancredo Neves, em abril de 1985, depois de longa e irreversível agonia.

O Hospital de Base de Brasília saiu do episódio como uma espécie de vilão histórico, sujeito a toda espécie de críticas e anedotas. Ao longo do País, entretanto, os índices de infecção hospitalar estão quase sempre acima (ou muito acima) da linha de tolerância. O grupo de controle de infecção hospitalar do Hospital das Clínicas de São Paulo deu-se por plenamente satisfeito quando os níveis daquela instituição baixaram para 5,6%. Pelos padrões internacionais, está bom.

Isso explica a satisfação da Comissão de Infecção Hospitalar do HC da Unicamp quando, em julho, levou ao conhecimento do superintendente dr. Mário Mantovani o índice do mês: 4,97%. Até hoje, o índice mais baixo conseguido internacionalmente foi de 3%. "O objetivo é chegar lá", garante Mantovani.

"Não existe hospital totalmente asséptico", diz o superintendente. E mesmo que existisse, as infecções hospitalares seriam reduzidas em apenas 20%, em virtude da presença de microrganismos dos pacientes e das equipes que os assistem. Tudo isso é normal. "No caso do HC", continua ele, "temos que considerar também que estamos em fase final da implantação e que ainda temos obras civis dentro do prédio". Outro fator que parece prometer a queda futura dos índices é o processo de treinamento gradativo dos 1.800 funcionários do hospital, em sua maioria recém-contratados.

Com 400 leitos, mais de 1200 internações por mês e com atendimento ambulatorial que ultrapassa mil consultas diárias, o Hospital de Clínicas da Unicamp — como todo hospital de grande porte — tem de lutar continuamente contra a proliferação de microrganismos. Funciona como complicador o fato de o HC ser um hospital de atendimento terciário, isto é, o doente internado é sempre um doente portador de doenças graves e, portanto, doentes mais propensos a adquirir infecção hospitalar.

"Como um hospital é, em geral, um centro para onde convergem as infecções, parece óbvio considerá-lo como o pior lugar para o doente ficar, por mais paradoxal que isso seja", diz Mantovani. Por isso, só deve ficar internado quem realmente precisa. Foi pensando nisso que o HC da Unicamp, através de seus vários departamentos, começa já a implantar um novo programa de atendimento — na realidade um novo conceito terapêutico: ampliar o número de cirurgias ambulatoriais e facilitar ao máximo o encaminhamento dos pacientes de volta à casa. Experiências feitas nesse sentido nas áreas de ginecologia e oftalmologia têm sido excelentes.

Esse programa, diferentemente do que se pode pensar a princípio, tem-se revelado como extremamente benéfico na recuperação dos pacientes. Por um lado, o doente deixa de se expor à infecção hospitalar e por outro estará em casa com a família, assistido por equipes médicas e de enfermagem treinadas para pronto-atendimento.

Mantovani diz ainda que esse programa de atendimento, que tende a crescer, possibilita, além da redução dos riscos de infecção, uma redução de custos e conseqüentemente um aumento dos benefícios.

"Dentro de três anos — tempo necessário para um hospital se implantar completamente —, aí sim, poderemos manter os menores índices de infecção hospitalar possível — num hospital escola", finaliza. Mantovani lembra que quando a Universidade utilizava-se das instalações da Santa Casa, no Centro de Campinas, os índices de infecção chegaram a atingir até 30%.

Usp x Unicamp: que batalha é essa?

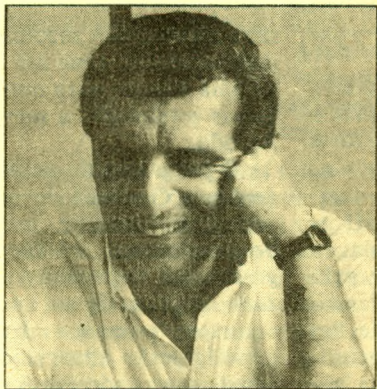
Sempre que se fala nas reformas econômicas empreendidas pelo governo em fevereiro passado, costuma vir à baila o nome da Unicamp e da safra de economistas que aqui prosperou a partir dos anos 70. Muitos apelidos são usados — nem todos lisonjeiros — para qualificar essa nova geração que substituiu os Delfins & Simonsens na condução (ou, quando menos, na formulação) da nova política econômica: "cepalinos", "estruturalistas", "golden boys" e daí por diante.

Outros, como a conceituada revista **Senhor** (outubro de 1986), preferem colocar a questão em termos de polarização e confronto entre duas escolas econômicas — no caso a Usp e a Unicamp —, a escola de Campinas tendo "desbancado" fragorosamente a tradicional e respeitável instituição paulistana. Haveria uma batalha campal na qual "o cenário é delimitado por múltiplos conflitos separados, mas que podem ser resumidos num só: o papel do Estado na economia".

Economistas como Mário Presser, da "novíssima" geração do Instituto de Economia da Unicamp, desmentem a tal "batalha campal", mas confirmam o cenário da luta. Nem era preciso: o conflito teórico pode ser conferido nos próprios compêndios, bastando ler e confrontar Friedman x Keynes. O primeiro é o papa dos chamados "monetaristas" ou "Chicago Boys" — e que até há pouco estavam no poder; o outro, filtrado em Kalecki e Marx, resultou, com efeito, nas teorias cepalinas de 1949 e que, no Brasil dos anos 70, adquiriu forma acabada em Maria da Conceição Tavares, João Manuel Cardoso de Melo, Luiz Gonzaga Belluzzo, Sérgio Silva, Wilson Cano e outros. Todos, por sinal, do Instituto de Economia da Unicamp.

O confronto com a Usp inexiste, contudo, pelo simples fato de que é de lá que emergiram nomes como João Sayad, Andrea Calabi, Roberto Macedo, Denisard Alves e Montoro Filho — todos, a exemplo do time da Unicamp, engajados no processo "estruturalista" da Nova República. O que significa que a Usp não é só Delfim & Pastore.

Conceição: mestra e madrinha dos cepalinos.

Simonsen: a platéia deve acomodar-se sozinha.

Belluzzo: pedindo que a platéia se acomode.

Delfim: um Friedman tropicalizado?

Mas afinal, o que difere os monetaristas dos estruturalistas? Presser explica: a principal diferença está na concepção de funcionamento do mercado. Os monetaristas sempre acreditaram que o livre funcionamento dos mercados termina por levar a uma alocação racional dos recursos, como se uma mão invisível atuasse espontaneamente em favor do bem-estar social. Ou seja: toda interferência do Estado é negativa.

Já a "escola de Campinas" engaja-se entre os que concebem o mercado como resultante do conjunto de relações de poder. Empresas e agentes econômicos têm poder diferenciado. O funcionamento do mercado é, portanto, determinado pela força relativa desses agentes. O embate dessas forças pode resultar em dinamismo econômico, mas não necessariamente em justiça social. Daí a necessidade da intervenção do Estado. O tabelamento de preços, à época, foi o exemplo mais ilustrativo dessa interferência.

A revista **Senhor** explicou essa diferença com uma imagem fácil. Imagine-se um estádio de futebol onde parte da platéia, indignada com a arbitragem, levanta-se para xingar o juiz. Como quem permanece sentado não consegue ver o jogo, logo toda a torcida está de pé. Um monetarista confiaria em que as pessoas acabariam por sentar-se gradativamente. Um estruturalista entenderia que ninguém tomaria a iniciativa de sentar-se, porque, estando todos de pé, quem mudasse de posição ficaria em desvantagem. O estruturalista tomaria então a iniciativa de pedir a todos que se sentassem.

Ao contrário do que se possa pensar, os estruturalistas são minoria absoluta em todo o mundo. Excetuando a economia marxista — que é um caso à parte — 90% dos economistas ocidentais pertencem à tradição neoclássica que vem de Samwelson e Friedman. Ao visitar o Brasil no mês passado, Friedman externou sua convicção (ou sua esperança?) de que o Plano Cruzado fracassará. E pediu liberdade para o mercado. A contrapartida veio três semanas depois, quando Galbraith, outra celebridade internacional, defendeu até mesmo as recentes medidas de contenção do consumo.

E se o Plano efetivamente fracassar? Pagaria a Unicamp alguma espécie de ônus moral? "Confiamos em que o Plano não fracassará", diz um outro cepalino, o reitor Paulo Renato Costa Souza. E conclui: "Cabe à Universidade contribuir com novas idéias e isso nós fizemos plenamente cônscios de nossa responsabilidade social. A Universidade realmente participativa não se furta aos grandes desafios, ainda que eles possam constituir algum risco. O importante é que, no momento em que foi chamada, a Unicamp correspondeu".

Pedras no caminho da reforma universitária

O sistema de ensino superior no Brasil vem sendo objeto de reflexão nos mais diferentes meios. Em 1968, através da lei 5.540, foi implementado um modelo de reforma universitária que terminou não satisfazendo aos interesses universitários. De lá para cá, verificou-se, na realidade, uma redução brutal do número de matrículas no ensino público, caindo de 59,6% em 1962 para 25% em 1984. Este índice, considerado alarmante, aponta para uma crescente privatização do ensino superior no País.

Com o advento da Nova República e através de compromisso público assumido por Tancredo Neves, novo projeto de reforma é gestado pelo Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (Geres) do Ministério da Educação. Entretanto, o novo projeto é também rejeitado pelas comunidades acadêmicas de praticamente todo o País. Tão forte foi a reação que, por determinação pessoal do próprio presidente Sarney, o projeto deixou de ser enviado ao Congresso Nacional para voltar a ser debatido.

A briga ganhou fôlego com a adesão de cerca de quarenta membros do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), que decidiram, em reunião realizada em Brasília, no último dia 18, rejeitar "por completo" o anteprojeto governamental. A partir dessa postura, o Crub assumiu também a elaboração de uma nova contraproposta que se somará a outras já elaboradas pela Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes), pela Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra) e pela União Nacional dos Estudantes (Une).

Mas a polêmica não parou aí. Continuou a crescer e se fortaleceu ainda mais com um documento assinado pelos reitores das três universidades estaduais paulistas — Paulo Renato Costa Souza (Unicamp), José Goldemberg (USP) e Jorge Nagle (Unesp) — no dia 19 de novembro último. Os três reitores reconhecem que a maioria das universidades não faz pesquisa e propõem que essas instituições deixem de ser denominadas como tal. Para adquirir a condição de universidade, as instituições de ensino superior devem antes apresentar uma folha de serviços nesse sentido. A reformulação do Conselho Federal da Educação ou até mesmo sua extinção faz parte do manifesto dos reitores das estaduais paulistas, que "esquentam", assim, ainda mais a discussão sobre a reforma universitária.

MEC/SEEC — Distribuição percentual do número de matrículas por área de conhecimento — Brasil 1985

PROPOSTA PARA A REFORMA UNIVERSITARIA

Geres	Andes/Fasubra	Crub
Universidade como figura jurídica de direito público	Regulamentação da "autarquia especial" prevista na lei 5.540/68	Universidade como figura jurídica de direito público
Piso salarial unificado, com planos de cargos e salários diferenciados	Isonomia plena em todos os níveis, entre as universidades fundacionais e autárquicas	Isonomia plena, tomando como base os atuais salários das fundacionais
Eleição indireta de reitores, via colégio eleitoral	Eleição direta e paritária (voto ponderado)	Processo de escolha dos reitores a critério de cada universidade
Desvinculação entre ensino e pesquisa	Vinculação entre ensino e pesquisa	Vinculação entre ensino e pesquisa
Promoção dos docentes pelo mérito acadêmico	Promoção por concursos	
Avaliação das universidades pelos seus resultados	Autonomia administrativa, com prestação de contas ao Congresso	Autonomia administrativa e financeira

Fonte: Folha de São Paulo

As Divergências

Embora venham lutando há muito tempo por uma reformulação completa do ensino superior no País, onde uma das principais bandeiras é o ensino gratuito, aliada agora à controvertida tese das eleições diretas para reitor — não contemplada na proposta governamental do Geres —, os professores e funcionários do terceiro grau não estão dispostos a aceitar uma mudança que não satisfaça às suas necessidades, mesmo que, para isso, terminem por adiar a reforma.

Já entre as federais, fundacionais e autárquicas, a isonomia salarial é uma exigência primordial da comunidade acadêmica, que reivindica também autonomia administrativa. Os professores temem que o projeto do governo termine por privatizar ainda mais o ensino superior. Tampouco abrem mão da indissolubilidade de ensino e pesquisa. O governo contra-ataca dizendo que "professores, estudantes e funcionários não são donos da universidade", e defende seu direito de participar da escolha dos dirigentes das universidades que mantém. Acena porém com a possibilidade de negociar um dos pontos centrais do conflito, que é a indissolubilidade entre ensino e pesquisa.

A briga promete novos rounds. De qualquer forma, a comunidade universitária mostrou sua força de pressão quando o presidente Sarney recuou e pediu ao ministro da Educação, Jorge Bornhausen, que adiasse o envio do anteprojeto do Geres ao Congresso Nacional. Resta agora saber quem diz a última palavra.

O ensino do terceiro grau no País reúne hoje 859 instituições, sendo 626 particulares, 105 municipais, 75 estaduais e 53 federais. Cerca de 130 mil professores fazem parte do sistema superior de ensino, que engloba 1 milhão e 400 mil alunos distribuídos nas seguintes áreas: Ciências Sociais (53%); Ciências Exatas (22%), Ciências Biológicas (13%); Letras (7%); Ciências Agrárias (3%) e Artes (2%).

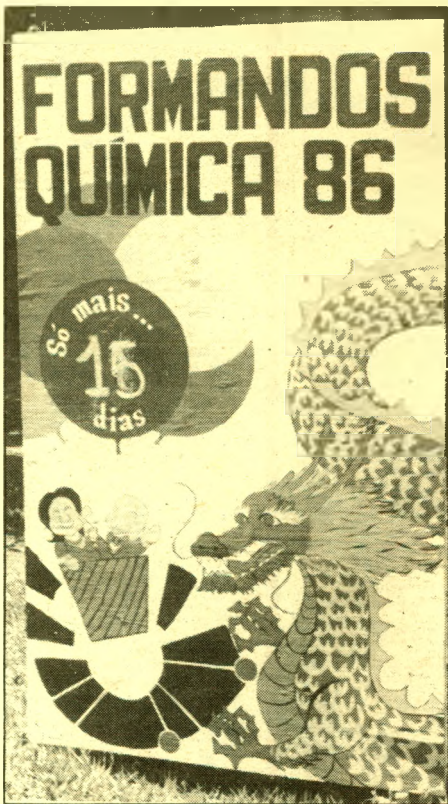
Dia 20, missão cumprida para 960

Mais um ano letivo que termina. A maior parte dos alunos matriculados na Unicamp sai em busca de férias, onde se refazem para as aulas de 1987. Existem, porém, os que estão deixando a Universidade. Completaram a graduação e começam a se preocupar com a realidade do mercado de trabalho. São 960 alunos que se profissionalizam este ano, sendo 455 na área de Ciências Exatas, 210 em Biológicas e 249 em Humanas. Desde sua criação, há vinte anos, 10.554 alunos já se formaram na Universidade.

Sua festa de despedida — e de formatura — já tem data: será no dia 20 deste mês, às 15 h, no Ginásio Multidisciplinar de Esportes da Unicamp. Depois de receberem seus diplomas, a grande pergunta é para onde ir. Alguns já têm colocação. Outros terão que "batalhar" por um espaço. O clima ainda é de euforia por ver uma etapa vencida, mas, ao mesmo tempo, de ansiedade e expectativa.

Dos 960 alunos que se formam este ano, 187 completaram os cursos no final do primeiro semestre e 773 agora em dezembro. O número de formandos está assim distribuído: Matemática (28); Estatística (14); Computação (70); Física (43); Química (72); Ciências Biológicas (33); Letras (39); Engenharia Agrícola (7); Química (45); Elétrica (69); Civil (28); Alimentos (47); Odontologia (82); Medicina (78); Ciências Sociais (56); Ciências Econômicas (56); Lingüística (6); História (12); Pedagogia (50); Enfermagem (17); Música (30); e Tecnológicas: Sanitária (11); Construção Civil (12); Obras de Solo (8).

Tadeu: emprego garantido numa grande empresa construtora.

Rogério: animado com a melhora do mercado de construção civil.

Na placa afixada pelos formandos da Química, o aviso: os quatro anos chegaram ao fim.

Fátima: confiante na lei que protege os enfermeiros

Míriam: cruzando com "boas cabeças" em Letras, Artes e na História.

Ambiente Universitário

Seis alunos de diferentes áreas dão aqui seu depoimento sobre o tempo que passaram na Universidade. São eles: Luciano Oliva Patrício, 25 anos, que está se formando em Engenharia Agrícola; Míriam Giberti Páttaro, 22, termina o curso de História; Tadeu Paulo Francisco, 25, conclui o curso de Matemática de Sistemas e Computacional; Maria Cristina Toledo, 25, está se bacharelando em Ciências Sociais; Rogério Scurciatto, 21, fez o curso Superior de Tecnologia em Construção Civil e Fátima Hirata, 23, termina Enfermagem.

Todos os seis, de um modo ou de outro, souberam valorizar os anos que passaram no campus da Unicamp. Participaram da política estudantil, da vida cultural e principalmente dos inúmeros contatos feitos fora da sala de aula. Luciano, que foi coordenador do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e representante discente no Conselho Diretor, já começa a sentir saudades da vida universitária. Se pudesse continuava por aqui mesmo.

A oportunidade de fazer cursos na área de Letras e até mesmo em Artes, embora estivesse fazendo História, fez com que Míriam conhecesse muita gente com diferentes "cabeças". Tadeu também "curtiu" o espaço aberto pela Universidade. Maria Cristina vivenciou ativamente sua área, Ciências Sociais, "um pessoal muito politizado, consciente e, por isso mesmo, com uma carga maior de decepções".

Só Rogério lamenta muito o isolamento obrigatório do campus de Limeira, onde cursou Tecnologia. Acha isso muito negativo para a vida universitária. Já Fátima, da Enfermagem, só no último ano teve um contato maior com o campus de Barão Geraldo. Nos três primeiros anos, a Faculdade de Medicina funcionava no centro da cidade, fora, portanto, da ambiência multidisciplinar.

Perspectivas

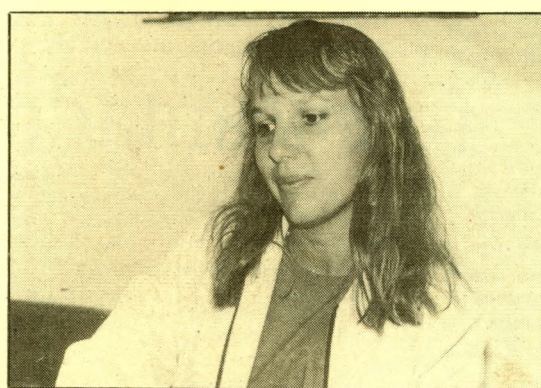
As perspectivas variam muito. Alguns já têm emprego. Outros algumas esperanças e existem ainda os que não têm previsão alguma. O campo de trabalho de Luciano, Engenharia Agrícola, é um pouco limitado. Está "batalhando" mas ainda não acertou nada. Ele pretende fazer Pós-graduação em Economia.

Outra que vai partir para a Pós é Míriam, da História. Não pretende dar aula de imediato, mas continuar estudando e pesquisando. Fará concurso para o Mestrado de História da Unicamp. Segundo ela, a maioria das colegas pretende dar aulas e, apesar da formação relativamente ampla oferecida pelo curso da Unicamp — ou talvez por isso mesmo — acha que os professores da Universidade deveriam produzir livros-textos alternativos aos que estão no mercado e que não são dos melhores.

Tadeu fez estágio na construtora paulista Camargo Correa, onde deve trabalhar depois de diplomado. Vai atuar na área de programação e análise. Concorreu com 100 pessoas e conquistou uma das 10 vagas oferecidas. Como o mercado de trabalho do graduado em Ciências Sociais é muito difícil ("praticamente inexistente"), Maria Cristina está sem perspectiva alguma. Pretende, no futuro, fazer Pós-Graduação para obter o título de socióloga, que o bacharelado não lhe oferece e, assim, ter melhor acesso ao mercado. Agora vai tentar dar aula ou fazer estágio em alguma empresa.

Já Rogério está muito animado. Sua área de atuação, construção civil, sofreu uma franca evolução. As empresas estão cada vez mais contratando tecnólogos que só não podem é assinar a planta da obra. Deve ir trabalhar na construtora paulista Ductor, onde já vem mantendo contatos nesse sentido. Pretende, no entanto, continuar estudando e, na seqüência, fazer Arquitetura.

Animada com a recente lei do exercício profissional para os enfermeiros, que legaliza a função e amplia, portanto, o mercado, Fátima sente-se agora mais animada. Até então, os hospitais davam preferência, por ser mão-de-obra barata, a auxiliares de enfermagem e atendentes técnicos. "Muitos hospitais têm uma única enfermeira para supervisionar tudo, o que torna a coisa impossível". Agora, algo deve mudar. Fátima pretende fazer o primeiro concurso que for aberto para enfermeiras no Hospital das Clínicas da Unicamp que, segundo ela, é o que melhor paga à categoria. Além disso, é um ambiente que já conhece.

Luciano: "Já estou sentindo saudades. Se pudesse continuava por aqui mesmo."

Maria Cristina: "Vou dar aulas ou tentar estágio em alguma empresa."

Computação e medicina, os mais procurados

Está tudo pronto para o Vestibular-87 da Unicamp, que a partir deste ano é realizado pela própria Universidade. O primeiro grande desafio está marcado para este dia 7 de dezembro, quando 13.237 candidatos estarão fazendo as provas de redação e questões gerais. Neste primeiro vestibular próprio após dez anos de trabalho em conjunto com a Fuvest, mais uma vez o curso de Computação foi o mais procurado, registrando o índice de 26,51 candidatos por vaga.

Para a realização dos exames, a Unicamp contará com um contingente de aproximadamente 1.500 pessoas que atuarão na elaboração, revisão e correção das provas, em sua maioria fiscais e coordenadores de salas de aula, entre outros destacados para atividades de apoio. Serão utilizadas 360 salas em 19 prédios, assim distribuídos: 5 no campus da Unicamp (Ciclo Básico, Pavilhão Básico, IFCH, FEC e IEL), 2 na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (campus I), 1 no Colégio Técnico da Unicamp (Rua Culto à Ciência, 177), 1 na Escola D. Barreto (Rua General Carneiro, 120), 1 na Escola Carlos Gomes (Largo das Andorinhas, s/n.º), 2 na Capital e 7 no interior do Estado.

No novo vestibular da Unicamp, cuja principal inovação é a eliminação do tradicional sistema de avaliação através de testes de múltipla escolha, as provas serão realizadas em duas fases: a primeira consta de redação e questões gerais, e a segunda de questões dissertativas no âmbito das seguintes disciplinas: Matemática, Física, Química, Comunicação e Expressão, História e Geografia, Inglês, Francês e Biologia.

O calendário está assim definido: **7/12 — exame da primeira fase; 8 a 18/12** — provas de aptidão para o curso de Educação Física; **28/12** — convocação para a segunda fase; **4 a 7/1/87** — exames da segunda fase; **12 a 23/1** — provas de aptidão para os cursos de Odontologia, Artes Cênicas, Música e Educação Artística; **1/2** — publicação pela imprensa da lista da primeira chamada. As matrículas serão realizadas nos dias 2, 3, 4 e 5 de fevereiro.

Relação candidato/vaga

É a seguinte a relação dos números de candidatos e vagas para o vestibular 87 da Unicamp: Matemática: 4,06 candidatos por vaga; Estatística: 1,06; Computação: 26,51; Física: 2,77; Química: 4,50; Ciências Biológicas: 14,77; Engenharia Agrícola: 12,30; Engenharia Química: 4,76; Engenharia Mecânica: 8,27; Engenharia Elétrica: 22,40; Engenharia Civil: 3,24; Engenharia de Alimentos: 7,89; Odontologia: 12,44; Medicina: 23,01; Ciências Sociais: 6,02; Ciências Econômicas: 9,23; História: 7,70; Pedagogia: 7,28; Enfermagem: 5,87; Música: 2,95; Dança: 9,88; Letras e Lingüística: 9,58; Educação Artística: 7,90; Artes Cênicas: 5,28; Educação Física: 8,30; e Matemática Aplicada: 5,11.

Além de Campinas e São Paulo, os exames serão realizados nas cidades de Piracicaba, Araçatuba, Bauru, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e São José dos Campos. Das 9 cidades, Campinas foi a que apresentou maior número de candidatos: 8.583, seguida de São Paulo, 1.648; em seguida vêm Piracicaba, 1.090 e Ribeirão Preto, 548. São estes os demais números: Araçatuba, 173; Bauru, 362; Presidente Prudente, 123; São José do Rio Preto, 261; e São José dos Campos, 449.

Oswald de Andrade teria gostado

Oswald de Andrade, quem diria, acabou na Unicamp. Se estivesse vivo, a idéia não lhe seria desagradável. Afinal, o espírito irreverente do famoso poeta e romancista do modernismo dá-se bem com a universidade jovem e inquieta que acolheu recentemente seu acervo pessoal. E que agora o organiza religiosamente, para alegria de pesquisadores, devotos e admiradores.

O acervo integra agora o Centro de Documentação do Instituto de Estudos da Linguagem, instalado a meio da gestão do prof. Jesus Durigan e coordenado pela prof.ª Maria Eugênia Boaventura. Acresce-se a outros acervos existentes no Centro e também na Universidade, como o Edgard Leuenroth, o Paulo Duarte, o Cornélio Pena, o Hélio Vianna e o Sérgio Buarque de Hollanda.

O acervo de Oswald reúne cartas, originais de artigos, manuscritos de livros e documentos pessoais. Sua importância pode ser avaliada pelo número de pesquisadores que têm comparecido ao Centro de Documentação, inclusive de universidades estrangeiras.

Durante quatro décadas, Oswald juntou um acervo que é a própria história do Modernismo.

Segundo Maria Eugênia, a documentação reunida constitui-se em relato vivo dos momentos mais agitados do Modernismo, do período de atuação político-partidária de Oswald e da fase de reflexão sobre o movimento de 1922, com textos de caráter filosófico e retrospectivo que marcaram a retomada da teoria antropofágica de 1928. "É também indiscutível a importância da coleção", diz Maria Eugênia, "para o estudo da personalidade e da obra do escritor, bastante elucidativa a respeito de fatos e pormenores da história literária brasileira".

Embora o centro não contenha toda a documentação acerca do escritor, reúne, contudo, o substancial. O acervo está sendo organizado em duas coleções que levam o nome de familiares que facilitaram sua transferência para a Universidade: dona Adelaide Guerini de Andrade, última esposa do escritor e em cuja posse estava a produção original oswaldiana das décadas de 20 e 30; e Rudá e Marília de Andrade, cuja coleção corresponde aos anos 40 e 50.

Rebelde, irônico, irreverente, folgazão...

Virou mito depois de ter sido satanizado por acadêmicos e intelectuais da época. Foi classificado de anarquista, "bon vivant", capitalista e, adjetivo com o qual discordava com veemência, de ser um escritor elitista. A figura de Oswald de Andrade, rebelde, irônico e irreverente, sempre esteve acompanhada de mitos, boatos e lendas.

Marília de Andrade, chefe do Departamento de Artes Corporais do Instituto de Artes/Unicamp, filha de Oswald com Maria Antonieta D'Alkimin, concorda em que ele foi um pouco disso tudo. "Ocorre que as idéias de meu pai sempre foram usadas de maneira um tanto superficial, e às vezes até simplificadas", diz. Ela estava com 9 anos de idade quando o pai morreu, no dia 22 de outubro de 1954, aos 64 anos. Apesar da breve convivência, conheceu-o bem. "Foi uma convivência extremamente fecunda. Ele sempre foi um pai extremoso, caseiro e superatento às questões familiares, embora agisse sempre com muita autoridade."

Os boatos a respeito do escritor eram constantes. Alguns, maldosos, partindo até mesmo de intelectuais.

Marília: "Fora da lenda, ele era um homem caseiro e um ótimo pai".

Diziam, por exemplo, que era "um homem de muitas mulheres". Beberrão, anarquista: era o mínimo que se dizia dele. Marília lembra do pai com certo carinho quando fala que "a coisa não era bem assim. Primeiro porque não era de ter muitas mulheres; fidelíssimo, jamais traiu a esposa com a qual estivesse casado. Costumava dizer: 'Sou tradicional, gremial e ordeiro".

Beberrão? Nem tanto. Até mais recentemente alguns intelectuais — nada amigos de Oswald, segundo Marília — comentavam que ele, nas décadas de 20/30, era um inveterado consumidor de uísque. Incoerência histórica, porque naquela época o uísque ainda não dominava as rodas da "high society" e, segundo Marília, Oswald sequer apreciava esse tipo de bebida. Preferia vinho e champanha estrangeiros, "mesmo assim em ocasiões muito especiais". O autor de **João Miramar, O Rei da Vela, Serafim Ponte Grande,** entre outras obras, costumava dizer que "a massa ainda há de comer os biscoitos finos que fabrico", como se fosse uma resposta àqueles que o definiam como escritor elitista. Pelo contrário, "ele nada queria com elite; o que de fato ele queria era ser lido, compreendido e consumido por todo mundo", observa Marília.

Antônio Cândido, grande amigo do escritor, diz que "esse Oswald lendário e anedótico tem razão de ser: a sua elaboração pelo público manifesta o que o mundo burguês de uma cidade provinciana enxergava de perigoso e negativo para os seus valores artísticos e sociais". E vai mais longe: "Oswald escandalizava pelo simples fato de existir, porque a sua personalidade, excepcionalmente poderosa, atulhava o meio com a simples presença".

Hoje já há maior reconhecimento de Oswald. Existe um movimento sério e consistente em torno de sua personalidade. Exemplo disso é o serviço desenvolvido pelo Centro de Documentação do IEL/Unicamp, cujo principal objetivo é resgatar e preservar a cultura brasileira através da literatura.

O filósofo encantado por flautas e gambás

Que está havendo com o Rubem Alves? A pergunta corre veloz entre seus numerosos leitores, ouvintes e espectadores. Depois de passar anos a fio escrevendo livros de filosofia e de pensamento educacional, livros destinados a dialogar com adultos, eis que, sem mais aquela, o mestre desanda a escrever para crianças.

Afinal, foram seis livros só este ano — bem ilustrados e de letra graúda — onde já não se fala de Gandhi ou Cristo, de Marx ou Kant, mas de toupeiras e flautistas, de gambás e cometas. Que é que há? pergunta o leitor sério do "Enigma da Religião". Desencantou da gente grande?

Com a resposta o próprio Rubem Alves: "Há momentos na vida em que a gente procura uma espécie de verdade escondida — e contar estória infantil, para mim, acho que foi uma maneira de ser justo e verdadeiro comigo mesmo; dizer as coisas do jeito que eu penso, da forma mais simples e direta possível". Para ele,lidar com a estória para crianças é um jeito de lidar com sonhos fundamentais do ser humano, "porque esse tipo de literatura não é brincadeira, estória infantil é uma forma que se tem de sonhar acordado e, sonhando acordado, chegar a profundidades que normalmente estão escondidas no discurso irracional".

Escrever para criança era uma idéia que o vinha atraindo há muito tempo. Mas somente em 84 é que lançaria a primeira obra para o público infantil: "Estórias para pequenos e grandes", pela Edições Paulinas. Depois é que viria a série deste ano — meia dúzia de títulos: "A menina e o pássaro encantado", o "O País dos dedos gordos", "A pipa e a flor", "A toupeira que queria ver o cometa", "O f.autista mágico" e "O gambá que não sabia sorrir".

Rubem Alves: "A idéia vem, rodopia na cabeça e de repente está pronta".

O primeiro livro para adultos saiu em 69, "A theology of human hope", editado em Nova Iorque pela Corpus Books, traduzido depois para o espanhol. A mesma coisa aconteceu com "Religião, ópio ou instrumento de liberação?", "Gandhi: a política dos gestos poéticos (Edições Paulinas), "O enigma da religião" (Papirus), "O que é religião", entre tantos outros.

Idéias como nozes

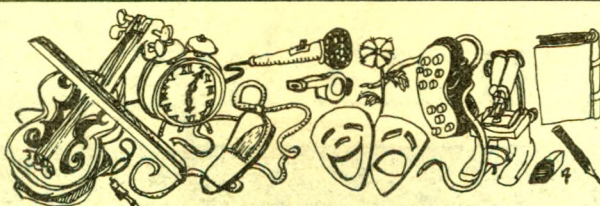
Rubem Alves, todavia, diz que não deixou de fazer "literatura séria" para se desviar de assuntos e temas enfocados em suas obras anteriores. Em sua opinião, existem palavras boas para "pensar" e palavras boas para "comer". As primeiras são aquelas utilizadas nos discursos científicos, enquanto que as do segundo grupo são palavras curiosas, "porque possuem a propriedade de fazer contato direto com o nosso corpo sem passar pela mediação da compreensão".

Machado de Assis costumava dizer que para ele "as idéias são como nozes, e até hoje não descobri melhor processo para saber o que está dentro de uma e outras, senão quebrá-las". Para Rubem Alves, a coisa não se processa de maneira diferente, pois "elas surgem nos momentos mais absurdos: no ônibus, dirigindo o carro, no escritório, no meio de uma reunião. A idéia vem, rodopia na cabeça e, de repente, a estória vem pronta, sem truques. É preciso, porém, trabalhá-la, esculpi-la e partir em busca da palavra certa e no lugar certo o ritmo exato na elaboração do texto".

Para o autor de "O país dos dedos gordos", é fácil escrever estória para crianças. Acontece, porém, que "nós, adultos, temos uma concepção boba de que as crianças nascem vazias e de que elas só vão ficando complexas na medida em que vamos botando coisas dentro delas. Todos os grandes contadores de estórias, como os irmãos Grimm, por exemplo, entendiam que o mundo da criança é absolutamente fantástico, maravilhoso, o mundo dos sonhos. Quando se trabalha com a poesia, com as imagens poéticas, não estamos colocando temas adultos sobre as crianças mas sim usando para com elas o tipo de esforço que lhes é próprio. A tendência poética é destruída na medida em que a gente aprende que toda palavra significa precisamente uma determinada coisa".

Rubem reconhece uma clara diferença entre escrever para crianças e escrever para adultos. A satisfação, para ele, não é a mesma. Tanto que jamais relê um texto seu sobre pensamento ou filosofia, ao contrário do que acontece com os textos infantis. A coisa muda um pouco de figura se o assunto é poesia. "Quando escrevo um poema ou um texto literário, ou até mesmo uma estória infantil, tenho o prazer, o deleite de reler tudo".

A estória infantil, segundo Rubem Alves, é inesgotável, toda vez que se relê é como se dirigisse um carro pela primeira vez. "É como o ato de amor, uma vez só não basta". Magister dixit.

vida universitária

LIVROS

"As Perspectivas do Mundo", de Marcos Wilson, jornalista da Folha de S. Paulo. A complexidade das relações internacionais, dos conflitos regionais e da disputa entre as superpotências constitui basicamente o enfoque da obra. Este estudo, segundo o autor, não tem a ousadia ou pretensão de dar uma resposta acabada às principais questões da política internacional. Editora da Unicamp e Atual, série "Discutindo a História", 90 páginas, Cz$ 27,00.

"A Contra-Revolução na América Latina", de Clóvis Rossi, jornalista da Folha de S. Paulo. A obra faz uma análise do processo de instalação de regimes militares na América Latina, iniciado com a vitória do Movimento de 64 no Brasil, refletindo ainda os avanços e recuos da democracia na América Latina. Editora da Unicamp e Atual, série "Discutindo a História", 74 páginas, Cz$ 27,00.

"Elementos de Estatística", de Sônia Vieira, professora do curso de Estatística da Unicamp, e Rodolfo Hoffmann, professor de Econometria da USP. É destinado ao público que se inicia no estudo de Estatística, expondo de maneira didática conceitos do assunto, apresentando ainda dados do censo de 1980. Editora Atlas, 159 páginas.

"Anais do III Seminário Nacional das Editoras Universitárias", um retrato do encontro que reuniu na Unicamp, de 14 a 16 de maio deste ano, representantes das mais significativas editoras universitárias do País. Editora da Unicamp, 148 páginas.

"Educar Para Quê?", de Reinaldo Matias Fleuri, professor do Departamento de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia e aluno do curso de pós-graduação em Filosofia da Educação, na Unicamp. O livro apresenta questionamentos e reflexões surgidas na prática cotidiana em escolas. Discute distorções estruturais presentes no sistema, como autoritarismo da relação professor-aluno e a fragmentação do saber. Editora da UFU e Universidade Católica de Goiás, Cz$ 40,00.

EM DIA

Concerto da Paz — Foram quase quatro horas de música. Do clássico ao popular brasileiro, passando pelo jazz, rock e samba. Pela segunda vez, desde que foi inaugurada no dia 6 de agosto deste ano, a Praça da Paz (localizada no centro do campus da Unicamp) foi transformada num imenso auditório ao ar livre, onde cerca de 350 pessoas, sob as árvores, a uma temperatura de 35 graus, assistiram à apresentação do compositor e pianista Almeida Prado e Moacir Del Picchia (violino), Maurícy (piano), Sérgio Batistuzo (violão) e Márcia Guimarães (canto) e Júlia Brown. No repertório, clássicos como "Adágio Sonata", de Brahms, "Sonata n.º 1", para violino e piano, de Villa-Lobos. Esse concerto prestou ainda homenagem à memória do presidente moçambicano Samora Machel, morto em acidente de avião quando retornava ao seu país. O público ouviu um manifesto lido por uma representante da Abrasso — Associação Brasileira de Solidariedade ao Povo Moçambicano. O grupo Mojane encerrou o concerto com muito jazz e rock, quando já passava das 14 horas.

Graduação em Violino — O Departamento de Música do Instituto de Artes da Unicamp acaba de formar sua primeira turma de graduação em violino. Os dois formandos, Antônio Pereira Dias e Ana Eleonor Ramalho, foram alunos da classe do professor e violinista Nathan Schwartzman. No último 24 de novembro, os dois formandos deram recital público no auditório do IA.

Biblioteca Central — A Unicamp, através da Biblioteca Central, está se integrando a um Programa Nacional de aquisição de periódicos científicos e principalmente estrangeiros. Trata-se de um programa do MEC/Sesu que conta com o apoio da Finep e do CNPq. O reitor Paulo Renato Costa Souza assinou convênio com o Ministério da Educação no dia 20/11 para dar início ao programa, que terá duração de quatro anos. No primeiro ano, a Unicamp receberá Cz$ 1 milhão e 500 mil. A verba destina-se a completar as coleções de periódicos.

Grupo Ultra visita o CPQB — O presidente do Grupo Ultra, Paulo Guilherme Cunha, esteve no último dia 11 em visita à Unicamp, onde manteve uma série de contatos na área científica. Cunha visitou ainda o Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas e Biológicas que a Universidade adquiriu recentemente das Indústrias Monsanto. No encontro com o reitor Paulo Renato Costa Souza e com o presidente da Comissão de Implantação do CPQB, prof. Walace Alves de Oliveira, foram estabelecidos informalmente vários acordos de cooperação nas áreas de Química e Biotecnologia, setores considerados prioritários para o Grupo Ultra. O Grupo reúne 40 empresas ligadas às áreas de gás, química, engenharia, armazenagem e transporte.

Acervo em avaliação — O acervo pessoal do escritor, poeta e crítico literário Paulo Mendes de Almeida está em vias de ser adquirido pela Unicamp. O reitor designou comissão para estudar e avaliar o acervo, que é composto de 4 mil volumes.

Colégio Técnico — A reestruturação da carreira dos professores dos Colégios Técnicos da Unicamp está em andamento. O reitor Paulo Renato Costa Souza, através da Portaria GR n.º 383/86, criou uma comissão presidida pelo prof. Irineu Ribeiro dos Santos para os estudos necessários. Foi também criada uma assessoria especial junto à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários para assuntos administrativos do Colégio Técnico de Campinas. O assessor especial designado pelo reitor foi o prof. Fernando Antônio Arantes.

Cipa — A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) já está em pleno funcionamento. Os representantes de funcionários eleitos em setembro já foram designados pelo reitor da Universidade, através da Portaria GR 406/86, para atuarem no campus da Unicamp, sob a presidência do servidor Alexandre Benedito Novaes.

"Concerto de Dança" — Depois de meses de trabalhos intensos, envolvendo ensaios diários, escolha de repertório e coreografias, alunos do 1.º ano do curso de dança do Departamento de Artes Corporais (Daco) do Instituto de Artes/Unicamp apresentaram-se ao público pela primeira vez. Foi no dia 6 de novembro, no auditório do IA, quando um grupo de sete alunos do Daco apresentou o primeiro "Concerto de Dança", espetáculo com seis coreografias diferentes, produzido pelas profas. Regina Vieira e Márcia Strazzacappa, com direção da profa. Jeannine Hollis. Essa foi a primeira montagem dos alunos do curso de dança que, segundo a profa. Jeannine, participaram de todas as fases do espetáculo, desde a escolha da coreografia, figurinos e iluminação, até os serviços de sonoplastia. A idéia é produzir um espetáculo por semestre e, no final do curso, trabalhar na montagem de um grande show para apresentação, inclusive fora da Universidade.

Química Fina — Um Programa de Pesquisa na área de Química Fina está sendo elaborado pela Universidade. Através da Portaria GR 411/86 foi criada uma comissão junto à Pró-Reitoria de Pesquisa, sob a presidência de José Augusto Rosário Rodrigues, para conceber até o dia 18 de fevereiro próximo as linhas gerais do programa.

Férias com piscina — Mesmo durante o período de férias, a piscina da Faculdade de Educação Física vai permanecer diariamente aberta ao público. Os interessados deverão porém observar o horário de funcionamento. A partir do dia 1.º de dezembro a piscina ficará aberta das 8h30 às 17h30, exceto às segundas e sextas-feiras, quando permanecerá fechada para limpeza no período da manhã, sendo liberada ao público às 14 horas. Para ter acesso à piscina é necessário apenas apresentação de documento comprovando que o usuário seja aluno, professor ou funcionário da Unicamp.

Palma: honra ao mérito — A Sociedade Brasileira de Urologia distinguiu o vice-superintendente do Hospital da Clínicas da Unicamp, prof. Paulo Palma, com um diploma de honra ao mérito pela contribuição que tem dado à entidade no campo do treinamento de profissionais. A homenagem foi prestada durante realização da Jornada Carioca de Urologia de 21 a 23 de novembro último.

Convênio com Cuba — A Unicamp firmou no último dia 5, através de seu vice-reitor, prof. Carlos Vogt, e do prof. Manoel Calvino Valdez, chefe do Departamento de Psicologia da Universidade de Havana, o seu primeiro protocolo formal de cooperação com uma instituição cubana. O protocolo prevê a colaboração futura entre ambas as universidades nas áreas tecnológicas e de humanidades.

TESES

Teses Programadas — Estão previstas para os próximos dias as seguintes defesas de tese:

"Operadores integrais singulares vetoriais e espaços de funções em corpos locais." Tese a nível de doutorado. Área de Matemática. Candidato: Sérgio Antonio Tozoni. Orientador: prof. Dicesar Lass Fernandez (Imecc). Dia 8/12, às 14 horas, no anfiteatro do Imecc.

"Simulação da dinâmica de um sistema eólio de bombeamento d'água." Tese a nível de mestrado. Área Térmica e Fluidos. Candidato: Francisco José Simões. Orientador: prof. Mário Roberto Granziera (FEC/Unicamp). Dia 10/12, às 10 horas, na Sala de Defesa de Tese da Pós-Graduação/FEC.

"Metodologia para implementação de sistemas PAC reconfiguráveis." Tese a nível de doutorado. Área de Automação. Candidato: Beatriz Mascia Daltrini. Orientador: prof. Márcio Luiz de Andrade Neto (FEE/Unicamp). Dia 12/12, às 14 horas, Sala de Defesa de Tese da Pós-Graduação/FEC.

Teses Defendidas — Foram defendidas nas últimas semanas as seguintes teses:

"Uso múltiplo da água no Rio São Francisco." Tese a nível de mestrado. Área de Automação. Candidato: Marinho Gomes de Andrade Filho. Orientador: prof. Secundino Soares Filho (FEE/Unicamp). Dia 3/11.

"Otimização com estrutura escada nas restrições." Tese a nível de doutorado. Área de Automação. Candidato: Ana Friedlander de Martinez Perez. Orientador: prof. Hermano de Medeiros Ferreira Tavares (FEE/Unicamp). Dia 14/11.

"Programação matemática multiobjetivo: desenvolvimento de um método interativo baseado em projeção." Tese a nível de doutorado. Área de Automação. Candidato: Paulo Augusto Valente Ferreira. Orientador: prof. José Claudio Geromel (FEE/Unicamp), Dia 21/11.

"Ajuste sazonal de séries temporais: o método X-11 e sua aplicação às séries brasileiras." Tese de mestrado em Estatística. Área de Matemática. Candidato: Irene Maurício Cazorla. Orientador: prof. Luiz Koodi Hotta (Imecc/Unicamp). Dia 25/11.

"Computadores a fluxo de dados: aplicação em centrais de comutação." Tese a nível de mestrado. Área de Eletrônica e Comunicações. Candidato: Ildeberto de Genova Bugatti. Orientador: prof. Shusaburo Motoyama (FEE/Unicamp). Dia 30/10.

"Veículos elétricos a bateria — Contribuições à análise do seu desempenho e seu projeto." Tese a nível de mestrado. Candidato: Gilmar Barreto (FEE/Unicamp). Orientador: prof. Celso Botura. Dia 21/11.

"Resultado do tratamento do câncer do terço médio do reto pela retocolectomia abdominoperienal com anastomose retardada." Tese de mestrado. Candidato: João José Fagundes. Orientador: prof. Raul Raposo de Medeiros (FCM/Unicamp). Dia 28/11.

"Influência da posição do corpo no esvaziamento gástrico de uma solução hidratante de uso oral em crianças." Tese de doutorado. Candidato: Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva. Orientador: Prof. Edgard Ferro Collares (FCM/Unicamp). Dia 14/11.

"Veículos elétricos a bateria: contribuições à análise de seu desempenho e seu projeto." Tese a nível de mestrado. Área de Automação. Candidato: Gilmar Barreto. Orientador: prof. Celso Pascoli Bottura (FEE/Unicamp). Dia 21/11.

"Modelos de fluxo em redes aplicados a sistemas de energia elétrica." Tese de doutorado. Área de Automação. Candidato: Marcius Fabius Henrique de Carvalho. Orientador: prof. Secundino Soares Filho (FEE/Unicamp). Dia 11/12.

"Análise do fluxo de materiais a granel através de orifícios e dutos inclinados". Tese a nível de mestrado. Área de Mecânica dos Sólidos. Candidato: Osmar Durand Pavani. Orientador: prof. Carlos Amadeu Pallerosi (FEC/Unicamp).

calendário

Dia 8, Segunda-feira, 14 horas — Defesa de tese de Sérgio Antonio Tozoni a nível de doutorado. Tema: "Operadores integrais singulares vetoriais e espaços de funções em corpos locais". Anfiteatro do IMECC.

Dia 9, Terça-feira, 14 horas — "Debate sobre meio ambiente e Constituinte", sob a coordenação do prof. Carlos Alfredo Joly (Instituto de Biologia). Local: Salão II do Centro de Convenções.

Dia 10, Quarta-feira, 9 horas — Início do III Simpósio Nacional de Química Inorgânica". Coordenação do prof. Cláudio Airoldi (Instituto de Química). Local: Salão II do Centro de Convenções. O Simpósio deverá se estender até o dia 12.

Dia 10, Quarta-feira, 10 horas — Defesa de tese de Francisco José Simões a nível de mestrado. Tema: "Simulação da dinâmica de um sistema eólico de bombeamento d'água". Sala de defesa de tese da Pós-graduação/FEC.

Dia 12, Sexta-feira, 14 horas — Defesa de tese de Márcio Luiz de Andrade Neto a nível de doutorado. Tema: "Metodologia para implementação de sistemas PAC reconfiguráveis". Sala de defesa de tese da Pós-graduação/FEC.

Dia 20, Sábado, 10 horas — Culto Ecumênico da II turma do curso de Graduação em enfermagem da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. Local: Salão II do Centro de Convenções.

Biologia, uma história de pioneiros

Embora a Faculdade de Ciências Médicas e a Faculdade de Odontologia de Piracicaba sejam as unidades mais antigas da Unicamp, foi o Instituto de Biologia o primeiro a ganhar espaço no campus da Cidade Universitária "Zeferino Vaz". Tudo começou em 1969, nas instalações onde hoje funciona a Diretoria Geral de Administração (DGA). "Isto tudo era um enorme canavial", lembra o prof. Ernesto José D'Ottaviano, o segundo professor mais antigo em atividade hoje no IB. Até então, a Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp funcionava precariamente no prédio da Maternidade de Campinas e a Faculdade de Odontologia, como ainda hoje, em Piracicaba.

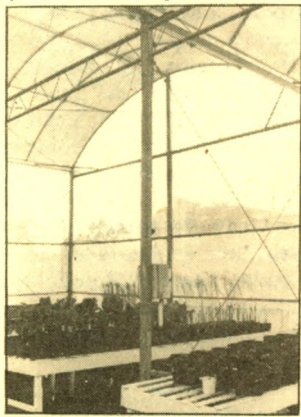
Chegar ao campus não era fácil. A estrada que ligava a cidade à então Vila de Barão Geraldo era estreita, esburacada e não raro perigosa. O único acesso que ligava Barão Geraldo ao futuro campus era uma estrada de terra que terminava próximo ao lago. De lá até o canavial, onde estava instalado o Instituto de Biologia, o acesso era feito pela estrada chamada "Servidão", que nas chuvas ficava intransitável.

Em 5 de outubro de 1966 foi lançada a pedra fundamental da Universidade. Estavam presentes o governador Laudo Natel e o presidente Castelo Branco. Sobre essa solenidade prosperou uma polêmica: embora o momento tenha sido registrado fotograficamente e a ele tenha acorrido grande público, divergem hoje as opiniões acerca do local exato do assentamento da pedra.

Construído o prédio, a maior preocupação de Zeferino Vaz era trazer para a Unicamp professores renomados de outras universidades e também do exterior. A Universidade Nacional de Brasília e a Usp de Ribeirão Preto foram as primeiras a perder para a Unicamp alguns de seus grandes nomes.

Preocupação com a área biológica

A Unicamp começou a quebrar a linha de trabalho adotada pelas outras faculdades de Biologia do País. Recrutou principalmente professores da área biológica, e não médica. Até então os principais professores eram médicos, dentistas, farmacêuticos-bioquímicos e médicos veterinários. Somente depois é que surgiram os agrônomos e os próprios biólogos. "Na época — recorda o prof. Antônio Celso Novaes Magalhães diretor do Instituto — tudo era muito improvisado, mas entusiasmo era o que não faltava: os próprios professores e alunos fabricavam suas bancadas, montavam os equipamentos, enfim, cada um acabou se sentindo um pouco responsável pela estruturação do novo Instituto de Biologia". Eram apenas três os departamentos: Biologia Geral, Ciências Morfológicas e Ciências Fisiológicas.

Mesmo antes de sua criação em 1969, o Instituto de Biologia já existia embrionariamente em alguns departamentos da Medicina, que até hoje, juntamente com o curso de Enfermagem, realiza no IB suas matérias básicas. Coube ao primeiro professor da Universidade, Walter August Hadler, até então ligado ao corpo docente da Faculdade de Ciências Médicas, a responsabilidade pela direção do IB. O prof. Hadler ficou à frente do Instituto até 1982, cedendo lugar ao prof. Crodowaldo Pavan, ex-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e atual presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O herbário: espécies e informações trocadas até com Londres e Nova Yorque.

Pelas salas do IB já passaram 14 turmas e cerca de 400 novos biólogos.

Antonio Celso, o diretor: "O mais forte do Brasil".

D'Ottaviano: lembrando Sérgio Porto e Zeferino.

Nilse: "Diminuir a distância entre a formação acadêmica e a realidade industrial".

Enquanto funcionava no atual prédio da DGA, o Instituto de Biologia teve um crescimento "discreto mas estável", lembra o prof. Magalhães. Foi somente em 1974 que a Unidade ganhou o espaço atual, na época 14.000m2 de construção, totalmente projetado para oferecer aos alunos e corpo docente as melhores condições de ensino e pesquisa. Foi nessa ocasião que o reitor Zeferino Vaz conseguiu junto ao governador Laudo Natel os recursos necessários para o início de uma estruturação física da Universidade. A partir daí, o prof., Zeferino Vaz passou a recrutar um maior número de professores para desenvolver as áreas de Botânica, Genética e Zoologia. Justamente nesta época o atual diretor foi convidado para integrar o corpo docente do Instituto, passando a trabalhar com o Grupo de Ciência das Plantas, mais tarde convertido no Departamento de Fisiologia Vegetal, o primeiro e único do Brasil.

O Instituto hoje

Para o prof. Antônio Celso, a posição privilegiada que, desde o início, o Instituto de Biologia ocupou entre as escolas de ensino superior, na área, deve-se principalmente ao empenho de Zeferino Vaz. "A gente notava no reitor um carinho muito especial pelo IB", confirma o prof. D'Ottaviano. "Tanto que, quando deixou a Reitoria, ele fez questão de ser contratado pelo Departamento de Parasitologia". Outra pessoa que contribuiu muito para a projeção do IB, segundo o prof. D' Ottaviano, foi o prof. Sérgio Porto, que ocupava o cargo de coordenador geral dos Institutos. "Porto realizou um trabalho excepcional nas áreas de ciências básicas, não apenas no Instituto de Física, unidade da qual era professor, mas em toda Universidade". Como o prof. Zeferino, ele também tinha uma certa "queda" pelo IB, considerado por ele uma unidade florescente e de grande potencial. Com o prestígio que desfrutava nas áreas federais, ele usou sua influência para contratar professores que se encontravam no exterior, enriquecendo assim o potencial intelectual do IB. O carinho que demonstrou pela Unidade foi tão marcante que, não raro, ele saía da Física para dar aulas no IB.

"Com tudo isso, temos provavelmente o Instituto de Biologia mais forte do Brasil", afirma sem hesitar o prof. Magalhães. Ele admite, entretanto, que essa força não está, ainda, igualitariamente distribuída em todas as áreas de atuação da Unidade. De acordo com o ranking da revista Playboy divulgado este ano, à parte as restrições a esse ranking, o IB situa-se em primeiro lugar entre as instituições de nível de pós-graduação no País, e em segundo na graduação. Essa posição de ponta na pós é mantida desde 1983, quando a referida revista iniciou seu trabalho de avaliação. Para o prof. Magalhães, o segundo lugar na graduação — a Usp mantém-se em primeiro — deve-se principalmente à menor diversificação das áreas de atuação em relação à sua principal concorrente. "Em termos qualitativos, estamos equiparados", acrescenta.

Dos cursos de pós-graduação do IB, segundo avaliação realizada pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Ensino Superior, a Capes, quatro receberam nota "A": Ecologia (mestrado e doutorado), Biologia Vegetal (mestrado e doutorado), Genética (mestrado e doutorado) e Fisiologia e Biofísica (mestrado). Os cursos de Biologia Celular e Bioquímica, por não terem ainda cinco anos, isentaram-se da avaliação, enquanto o de Imunologia, o mais antigo curso de pós da Universidade, não recebeu conceito "A" segundo o diretor do IB, por atravessar fase de reestruturação.

Do Biotério Central ao Museu de História

Desde o início, em 1969, pesquisa e ensino sempre andaram juntos no IB.

O Instituto de Biologia conta com um dos melhores herbários do País, um verdadeiro banco de dados sobre plantas tropicais. Essa coleção de plantas, destinada à pesquisa científica, serve também ao intercâmbio com importantes outros herbários do Brasil e do mundo, como os de Londres e Nova Yorque. Acomodado hoje em 300 m2, o herbário do IB deverá ter sua capacidade dobrada até o final do próximo ano.

O Biotério Central é outro setor de destaque no IB. Trata-se de instalação especialmente projetada para a manutenção de animais que são empregados em experiências de laboratórios no IB e em outras unidades da Universidade, como as Faculdades de Ciências Médicas, de Alimentos e de Odontologia.

O Centro Interdepartamental de Microscopia Eletrônica é outro órgão de auxílio do IB, atendendo satisfatoriamente às necessidades da Unidade. A exemplo dos demais institutos e faculdades, a Biologia conta com um centro de Informática (com oito microcomputadores), que é utilizado por alunos da pós e pelos docentes, atuando ainda no setor administrativo e bibliotecário. Encontram-se em processo de informatização também os setores de almoxarifado, patrimônio e armazenagem. Tudo isso concentrado numa área de 15.000 m2 de construção, além de extensa área de 30 hectares destinados às pesquisas de campo, principalmente em genética vegetal e fisiologia de plantas.

Até o final do primeiro semestre de 87 o IB deverá pôr em funcionamento um Museu de História Natural, que reunirá minuciosa coleção de animais empalhados e ainda coleções vivas que atenderão, além de estudantes de nível médio, também aos pesquisadores. Outros recursos estão previstos, como um sistema audiovisual, laboratórios e coleções de plantas. Todo o material já existe, só faltando concentrá-lo numa área de 700 m2 em construção especialmente para esse fim. "Não queremos fazer um museu-vitrine; queremos sim um museu científico", assinala o prof. Magalhães.

O barracão da Genética é outro setor que vem aprofundando suas pesquisas na área e que passa agora a emprestar parte de suas instalações ao Centro de Engenharia Genética, recentemente criado.

A grande procura pela profissão

Regulamentada pela Lei Federal 6.684, de 3 de setembro de 1979, a profissão de biólogo vem continuamente ganhando espaço no mercado de trabalho. Em conseqüência, o curso de Ciências Biológicas está bem cotado entre os mais procurados pelos candidatos ao vestibular em 1987. A relação é de 14,8 candidatos por vaga, proporção só inferior à dos cursos de Computação, Medicina e Engenharia Elétrica. A importância da Biologia como campo estratégico para o desenvolvimento nacional, principalmente nas áreas de biotecnologia, ciência do ambiente e preservação de recursos naturais renováveis, tem sido motivo de crescente preocupação por parte do governo federal, principalmente do Ministério da Ciência e Tecnologia. E isso forçosamente implica em maior espaço de atuação para os biólogos em geral.

O curso de graduação do Instituto de Biologia da Unicamp está mais voltado para a formação de pesquisadores; uma prova é que 30 de seus professores são ex-alunos da própria Unidade. Dos aproximadamente 400 profissionais ali formados, a maioria atua hoje em atividades de pesquisa em universidades brasileiras ou instituições governamentais que atuam na área. Preocupado, entretanto, em atuar também no setor industrial, o IB acaba de criar uma disciplina específica, denominada "Processos Industriais". "Queremos diminuir a distância que existe entre a formação acadêmica e o setor industrial", assinala a diretora associada, profa. Nilse Correia Meirelles.

A graduação e as linhas de pesquisa

Microbiologia e Imunologia, Bioquímica, Biologia Celular, Histologia e Embriologia, Genética e Evolução, Genética Médica, Fisiologia Vegetal, Fisiologia e Biofísica, Zoologia, Parasitologia, Morfologia e Sistemáticas Vegetativas, Anatomia e Biotecnologia Aplicada à Saúde e Agropecuária. São estas as linhas de pesquisa do IB. Entre as que alcançaram maior notoriedade — e são muitas — pode-se citar, a título de exemplificação, o transplante de Ilhotas de Langers em animais diabéticos; o desenvolvimento do **Nutrimaiz**, uma espécie diferente de milho que, entre outras vantagens, apresenta melhor qualidade nutricional e maior digestibilidade; e, finalmente, o inseticida biológico desenvolvido a partir do isolamento do vírus da lagarta da broca da cana-de-açúcar.

O curso de Biologia oferece graduação em Ciências Biológicas (modalidades Biologia e Biomédica), além de ministrar o ciclo básico para Enfermagem (bacharelado e licenciatura), e Faculdade de Ciências Médicas. O corpo docente é composto de 160 professores, dos quais 90 doutores. São 240 funcionários, 390 alunos de graduação (170 em ciências biológicas, 180 em Medicina e 40 em Enfermagem), 340 alunos de pós-graduação, dos quais 215 a nível de mestrado e 125 de doutorado. O Instituto de Biologia já formou 14 turmas (a primeira foi em 1972), totalizando aproximadamente 400 profissionais.

As experiências realizadas servem também à Medicina, à Agrícola e à Faculdade de Odontologia.